
ECONOMIA

AUTOR: ANTONIO CARLOS PORTO GONÇALVES
COLABORAÇÃO: GUILHERME MELLO

Sumário

Economia

PARTE I — INTRODUÇÃO	3
Capítulo 1 — Dez princípios de economia	3
Capítulo 2 — Pensando como um economista	6
Capítulo 3 — Interdependência e ganhos comerciais	7
PARTE II — OFERTA E DEMANDA 1: COMO FUNCIONAM OS MERCADOS	14
Capítulo 4 — As forças de mercado da oferta e demanda	14
Capítulo 5 — A elasticidade e sua aplicação	18
Capítulo 6 — Oferta, demanda e políticas do governo	24
PARTE III — OFERTA E DEMANDA 2: MERCADOS E BEM-ESTAR	29
Capítulo 7 — Consumidores, produtores e eficiência dos mercados	29
Capítulo 8 — Aplicação: os custos da tributação	32
Capítulo 9 — Externalidades	34
Capítulo 10 — Bens públicos	40
Capítulo 11 — Monopólio natural	43
Capítulo 12 — Competição monopolística	48
Capítulo 13 — Oligopólio	51



PARTE I — INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 — DEZ PRINCÍPIOS DE ECONOMIA

1. BIBLIOGRAFIA

MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009, p. 3-19. Capítulo 1.

2. CASOS PARA DISCUSSÃO

2.1. CASO 1: XHOSAS E ZULUS

CONTEXTUALIZAÇÃO

Xhosa é o nome de um grupo étnico sul-africano de onde veio o grande líder Nelson Mandela, o qual lutou vitoriosamente contra o *Apartheid*. Há um século, ou pouco menos, no grupo dos Xhosa, um homem deveria pagar 26 cabeças de gado de dote para a família de sua futura esposa. Um homem rico, com muitas cabeças de gado, poderia ter várias esposas. Havia também “trocas secundárias”, ou seja, um homem poderia adquirir a esposa de outro em troca das tais 26 cabeças de gado; ou vender alguma de suas esposas.

Entre os Zulus, outro grupo étnico sul-africano, o dote pago para a família da futura esposa era de 11 cabeças de gado. Os Zulus eram grandes guerreiros (mais que os Xhosas) de maneira que muitos homens morriam e as mulheres dos inimigos normalmente faziam parte do botim de guerra (assim, entre os Zulus havia um número relativamente bem maior de mulheres do que de homens). Zulus e Xhosas habitavam regiões vizinhas e começaram a comerciar entre si.

2.2. QUESTÕES SOBRE O CASO 1

1. Dê uma explicação, em termos da lei da oferta e da demanda, para a menor “cotação” das esposas entre os Zulus.



2. O fato de que 26 e 11 cabeças de gado eram cotações estabelecidas, tradicionais, sugere o quê a respeito da estabilidade da oferta e da demanda e da velocidade das mudanças nessas sociedades?

3. A “globalização” (liberalização do comércio entre os Zulus e os Xhosas) tenderia a homogeneizar as cotações. Quais as vantagens e as desvantagens do comércio. O que os Xhosas exportariam para os Zulus e estes para os Xhosas?

4. Pouco antes da abertura do comércio entre os dois grupos, qual seria o típico comportamento de um especulador Zulu esperto; ele compraria um estoque de mulheres na Zululândia? É justo uma pessoa se beneficiar porque prevê e interpreta melhor as consequências de futuros eventos no mundo? E se ganhar apenas porque teve sorte?

5. É razoável que o comércio de mulheres seja tolerado em certa sociedade?

2.3. CASO 2: BOLSA FLORESTA¹

CONTEXTUALIZAÇÃO

“O estado do Amazonas mantém cerca de 98% de sua cobertura florestal. O chamado “coração florestal” do bioma permaneceu bastante preservado, em boa medida pela baixa presença das pressões de desmatamento usualmente vindas de projetos de colonização, eixos rodoviários e atividades predatórias de exploração madeireira e pecuária. Por outro lado, a ocupação por populações tradicionais e indígenas de áreas expressivas desempenha um papel ativo na conservação de seus territórios. No estado do Amazonas, quase metade da superfície do estado encontra-se sob alguma categoria de proteção.

No entanto, a criação de uma unidade de conservação não garante per si sua preservação ambiental. São necessárias várias outras iniciativas, de gestão, fiscalização e, principalmente, valorização do ativo florestal, para que seja atrativa sua manutenção. No caso das unidades de uso sustentável, isso depende do envolvimento e da melhoria da qualidade de vida de suas populações, por meio de políticas sociais adequadas à sua realidade, fortalecimento comunitário e incremento das possibilidades de geração de renda em atividades sustentáveis.

É preciso levar em conta que existem pressões de atividades produtivas predatórias (pecuária), representadas no arco do desmatamento, principalmente no sul do estado. Além disso, a falta de alternativas econômicas sustentáveis faz da derrubada da floresta uma das estratégias de sustento na região.

¹ Texto extraído do site institucional do Fundo Amazônia: http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Maiores_Informacoes/FAS Acesso em 2 de setembro de 2012.



LÓGICA DE INTERVENÇÃO

O Programa Bolsa Floresta (PBF) reconhece, valoriza e recompensa as populações tradicionais, que assumiram o compromisso formal do desmatamento zero. O PBF promove a transferência direta de renda às famílias que aderem ao acordo de não mais desmatarem, sendo um sistema amplo de concessão dos benefícios, estruturado de modo a incentivar o associativismo, a renda, a produção sustentável e os serviços sociais básicos, por meio de seus quatro componentes: Renda, Social, Associação e Familiar.

Os aportes ao projeto distribuem-se da seguinte forma: 58% para o componente Renda, 10% para o componente Associação, com apoio do Fundo Amazônia, e 32% para as ações dos programas de apoio social e familiar.

2.4. QUESTÃO SOBRE O CASO 2

Considerando que as pessoas racionais reagem a incentivos e tomam suas decisões com base na comparação entre custos e benefícios, analise a situação de escolha das “populações tradicionais”, mencionadas no texto acima, entre desmatar ou não. Qual o incentivo para desmatar? E para não desmatar? Este último existia antes do PBF?

3. QUESTÕES GERAIS

1. Marque a letra na resposta que você considerada certa e justifique. O que significa, para você, uma escolha racional?

- a) Escolher de acordo com seus próprios objetivos;
- b) Escolher o mais agradável;
- c) Escolher o mais justo;
- d) Escolher pensando nos outros;

Você considera que as opções b), c) e d) podem estar incluídas em a)?

2. Ser racional é ser egoísta?

3. Um membro de uma sociedade tribal que sacrifica aos deuses uma criança para fazer chover, está sendo necessariamente irracional? É ignorante?

4. O que é o custo de oportunidade de uma escolha?

5. O que significa dizer que “as pessoas racionais escolhem na margem”?



CAPÍTULO 2 — PENSANDO COMO UM ECONOMISTA

1. BIBLIOGRAFIA

MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009, p. 21-47, Capítulo 2.

2. TEXTO BASE

Um modelo econômico (ou científico em geral) é uma descrição de como se articulam alguns elementos essenciais da realidade, para entender um determinado aspecto ou problema do mundo real. Uma vez testado empiricamente e aprovado, o modelo orienta a atuação humana. A formulação do modelo não envolveria, em princípio, opiniões ou julgamentos, pois é uma mera descrição de como o mundo funciona, motivada pelas necessidades de entender e de atuar. O modelo produz, então, afirmações chamadas de afirmações positivas sobre o mundo. Contrastando com estas, há as afirmações de natureza normativa, que dizem respeito a opiniões ou desejos de como deveria ser o mundo ou de como não deveria ser; estas afirmações normativas não têm compromisso com uma descrição efetiva do mundo real.

3. QUESTÕES PROPOSTAS

1. Decidir o que é um aspecto essencial da realidade, ou não, envolve julgamentos? Assim, as afirmações positivas também envolvem opiniões e julgamentos?
2. A distinção entre afirmações positivas e normativas é totalmente nítida, ou é apenas uma questão de grau?
3. O teste empírico é muito importante para distinguir os modelos que funcionam dos que não funcionam satisfatoriamente. O que é funcionar satisfatoriamente? Há aqui também uma questão de opinião e julgamento?



CAPÍTULO 3 — INTERDEPENDÊNCIA E GANHOS COMERCIAIS

1. BIBLIOGRAFIA

MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009, p. 49-62, Capítulo 3.

2. CASO PARA DISCUSSÃO²

PETIÇÃO DOS FABRICANTES DE VELAS, CÍRIOS, LAMPARINAS, CASTIÇAI, POSTES DE LUZ, ESPEVITADORES, APAGADORES DE VELA E PRODUTOS FEITOS COM SEBO, ÓLEO, RESINA, ÁLCOOL E TUDO O QUE, DE UM MODO GERAL, SE REFERE A MATERIAL DE ILUMINAÇÃO.

Aos senhores membros da Câmara dos Deputados.

SENHORES,

Vós estais absolutamente certos. Desprezais as teorias abstratas; a abundância e os preços baixos vos dizem pouco.

Preocupai-vos, sobretudo, com o destino do produtor. Quereis livrá-lo da concorrência estrangeira. Em uma palavra: desejais reservar o *mercado nacional* para a *indústria nacional*.

Vimos, portanto, oferecer-vos uma especial oportunidade para aplicar vossa... como dizer? Vossa teoria. Não, nada há de mais enganador do que a teoria. E vossa doutrina? E vosso sistema? Vosso princípio? Mas vós não apreciáis as doutrinas. Tendes horror aos sistemas. E, quanto aos princípios, declarais que não existem em economia social. Chamaremos isso, então, de vossa prática, vossa prática sem teoria e sem princípios.

Atualmente vivemos sob a intolerável concorrência de um rival estrangeiro. Ele possui, ao que parece, condições altamente superiores às nossas para produzir luz. Este rival *inunda* nosso *mercado nacional* com preços fabulosamente reduzidos. E basta que ele apareça para que todas as nossas vendas cessem. Todos os consumidores se dirigem a ele. Com isso, boa parte da indústria francesa, que possui inúmeras ramificações, fica diretamente atingida por uma estagnação completa. Este rival, que não é outro senão o sol, declarou contra nós guerra tão ferrenha que suspeitamos nos tenha sido enviado

² Caso extraído do livro: BASTIAT, Frédéric. *Frédéric Bastiat*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010, p. 139-142.



pela pérfida Albion³ (boa diplomacia nos tempos de hoje!). Prova disso é que ele vem dispensando a essa ilha orgulhosa atenções muito especiais que nem sequer se digna a nos oferecer.

Vimos, então, pedir-vos que editeis uma lei determinando que sejam fechadas todas as janelas, lucarnas, frestas, e também contraventos, postigos, cortinas, persianas, claraboias, estores, enfim, todas as aberturas, buracos, fendas e fissuras por onde a luz do sol possa penetrar nas casas, provocando enorme prejuízo para as indústrias que temos o orgulho de ter criado em nosso País. Este, aliás, seria bastante ingrato, se nos abandonasse agora, diante de luta tão desigual!

Rogamos, Senhores Deputados, que não encareis este nosso pedido como uma sátira e que não o desprezeis, sem pelo menos escutar as razões que apresentamos e para as quais estamos solicitando o vosso apoio.

Em princípio, se o acesso à luz natural for o mais possível dificultado, se for criada a necessidade da luz artificial, qual será a indústria na França que não se sentirá cada vez mais estimulada a se desenvolver?

Se se consumir mais sebo, haverá necessidade de mais bois e de mais carneiros; conseqüentemente, veremos multiplicarem-se os prados artificiais, o consumo de carne, de lã, de couro e, sobretudo, de estrume, base de toda a riqueza agrícola.

Se se consumir mais óleo, veremos expandir-se a cultura da papoula, da oliveira, da colza. Essas plantas ricas, mas que esgotam o solo, vão então tirar lucro da fertilidade que o rebanho de animais dará às nossas terras.

Nossos campos se cobrirão de árvores resinosas. Numerosos enxames de abelhas recolherão em nossas montanhas tesouros perfumados que se evaporam das flores de onde emanam, sem qualquer aproveitamento atualmente. Não haverá, pois, um setor sequer da agricultura que deixará de ser beneficiado e de conhecer um grande desenvolvimento.

O mesmo acontecerá com a navegação. Milhares de embarcações partirão para a pesca da baleia e, em pouco tempo, teremos uma frota capaz de sustentar a França e de responder à patriótica susceptibilidade dos peticionários abaixo assinados, vendedores de velas etc.

E o que dizer dos *artigos manufaturados em Paris*? Imaginai os dourados, os bronzes, os cristais dos castiçais, das lamparinas, dos lustres e dos candelabros, reluzindo em espaçosos estabelecimentos comerciais, colocando no chinelo as lojas de hoje, que não passam de pequeninas butiques!

Não haverá quem não venha a usufruir de aumentos de salário e de bem-estar, desde o pobre resineiro, no alto de sua colina, até o triste mineiro, no fundo das galerias de sua mina.

Refleti sobre isso, Senhores, e vós vos convencereis de que não haverá um único francês, do opulento acionista da Companhia Anzin ao mais humilde vendedor de fósforos, a quem o sucesso de nossa petição não venha a favorecer.

³ N. do T.- "Pérfida Albion", epíteto usado por Napoleão I para se referir à Inglaterra. Durante o ano de 1840, as relações anglo-francesas eram às vezes muito tensas.



Podemos prever vossas objeções, Senhores. Mas não nos apresentareis sequer uma que não esteja nos velhos e usados livros dos adeptos da liberdade comercial. Ousamos desafiar-vos a pronunciar qualquer palavra contra nós sem que ela reverta imediatamente contra vós e contra os princípios que orientam toda vossa política.

Se disserdes que, caso obtenhamos o privilégio que estamos reivindicando, a França não lucrar nada, pois o consumidor arcará com despesas, nós vos responderemos: Vós não tendes mais o direito de invocar os interesses do consumidor. Todas as vezes que este teve problemas com o produtor, vós o sacrificastes sempre em todas as circunstâncias — assim procedestes para *estimular o trabalho*, para *aumentar o domínio do trabalho*. Pelo mesmo motivo e do mesmo modo deveis proceder agora.

Vós mesmos viestes ao encontro da objeção. Quando afirmávamos estar o consumidor interessado na livre introdução do ferro, do carvão, do sésamo, do trigo, dos tecidos, vós dizíeis que o produtor estava interessado na sua exclusão. Pois bem! Se os consumidores estão interessados na utilização da luz natural, os produtores, por sua vez, estão interessados na sua proibição.

Mas, direis ainda, o produtor e o consumidor formam um todo indivisível. Se o fabricante ganhar com qualquer privilégio que lhe for concedido, automaticamente ganhará o agricultor. Se a agricultura prosperar, abrir-se-ão possibilidades de venda fácil para as fábricas. E, se nos for concedido o monopólio da iluminação artificial durante o dia, compraremos mais sebo, carvão, óleo, resinas, cera, álcool, prata, ferro, bronze e cristais para alimentar nossa indústria. Além disso, nós e numerosos fornecedores, enriquecidos, consumiremos muito e espargiremos bem-estar e abundância por todos os ramos de trabalho de nossa nação.

Direis então que a luz do sol é uma dádiva da natureza e, como tal, gratuita. Rejeitar, pois, dádivas dessa ordem seria rejeitar a própria riqueza, a pretexto de estimular os meios para adquiri-la?

Mas cuidado, pois assim estareis trazendo a morte para o coração de vossa política. Cuidado, já que, até o presente momento, tendes rejeitado sempre o produto estrangeiro, *ainda mais porque* se aproxima da dádiva gratuita! Para submeter-vos às exigências de outros monopolizadores, vós só unheis uma *semi-razão*; para acolher nosso pedido, vós tendes uma *razão completa*. E rejeitar-nos com base no fato de que temos mais razões que os outros seria estabelecer a equação: $+ x + = -$. Em outras palavras, seria acumular *absurdos sobre absurdo*.

O trabalho e a natureza concorrem em proporções diversas, conforme os países e os climas, para a criação de um produto. A parte que cabe à natureza é sempre grátis; a parte que cabe ao trabalho é que dá valor ao produto e que, portanto, se paga.

Se uma laranja de Lisboa é vendida pela metade do preço de uma laranja de Paris, é porque um calor natural e, por conseguinte, gratuito, faz por uma o que a outra deve ao calor artificial, logo, dispendioso.



Assim, quando uma laranja nos chega de Portugal, pode-se dizer que ela nos é oferecida metade gratuitamente, metade com custos, ou, em outros termos, pela *metade do preço* da laranja de Paris.

Ora, é precisamente esta *semigratuidade* (perdão pela palavra usada) que vós contestais e quereis repudiar. Vós direis: “Como o trabalho nacional poderia sobreviver à concorrência com o trabalho estrangeiro? Aquele tem tudo por fazer, e este só a metade da tarefa, já que o sol se encarrega do resto.” — Mas se a *semigratuidade* nos leva a rechaçar a concorrência, como é que a *gratuidade* total vos levaria a admitir a concorrência? Ou vós não sois lógicos, ou deveis, ao rejeitar a semigratuidade por considerá-la nociva ao trabalho nacional, rejeitar com mais razão e com duas vezes mais zelo a gratuidade total.

E, ainda mais, quando um produto, seja ele carvão, ferro, trigo ou tecido, nos vem de fora e, por conseguinte, nós o adquirimos com menos esforço do que se tivéssemos de produzi-lo nós mesmos, a diferença está no fato de ser ele um *dom gratuito* que nos é concedido. Esse dom será mais ou menos considerável, quanto maior ou menor for esta diferença. Esta será de um quarto, da metade ou, de três quartos do valor do produto, se o estrangeiro nos pedir somente três quartos, a metade ou um quarto como pagamento. Ela será totalmente nula, se o doador, como faz o sol com relação à luz, não nos pedir nada. A questão, e nós aproveitamos para formalizá-la neste momento, está no fato de se saber se vós quereis para a França o benefício do consumo gratuito ou as pretensas vantagens da produção onerosa. Escolhei, mas sede lógicos, pois enquanto rejeitardes, como o fazeis presentemente, o carvão de pedra, o ferro, o trigo, os tecidos estrangeiros, pelo fato de seu preço aproximar-se de *zero*, que incoerência não seria então admitir a luz do sol, cujo preço é *zero*, durante todo o dia?

2. QUESTÕES SOBRE O CASO

1. Segundo o texto acima, o sol estaria diminuindo o emprego na França, fazendo *dumping* de luz a custo zero. O argumento apresentado no texto seria aplicável a situações concretas do comércio internacional atual? Como?

2. Algumas pessoas afirmam que é um absurdo o Brasil exportar carne *in natura* para ser beneficiada na Alemanha e reexportada para nós, como salsichão, mortadela, etc. Tipicamente, um articulista de jornal brasileiro apontaria a necessidade de agregar valor às exportações do país, aumentando o emprego e a renda dos brasileiros. O Brasil exportaria, então, carne beneficiada, em vez de carne *in natura*. Por outro lado, os jornais alemães consideram um absurdo importar carne *in natura* do Brasil, pois a Alemanha poderia produzi-la, criando diretamente bois e vacas, gerando valor e emprego na Alemanha. Depois, a Alemanha poderia beneficiá-la com a sua superior



tecnologia de tratamento de carne. O que você acha: os dois países deveriam produzir carne *in natura* e beneficiá-la? Ou deveriam se especializar e fazer trocas entre si? E como se deve determinar em que cada um se especializaria?

3. QUESTÕES DO LIVRO⁴

Exercício 3 (Mankiw)

Pat e Kris são colegas de quarto. Elas passam a maior parte do tempo estudando (claro), mas sempre têm um tempinho para suas atividades favoritas: fazer pizza e cerveja. Pat leva 4 horas para fazer um litro de cerveja e 2 horas para fazer uma pizza. Kris leva 6 horas para fazer um litro de cerveja e 4 horas para fazer uma pizza.

a. Qual é o custo de oportunidade de cada uma, em termos de cerveja, para fazer uma pizza? Quem tem vantagem absoluta na fabricação de pizza? Quem tem vantagem comparativa na fabricação de cerveja?

b. Se Pat e Kris comerciarem entre si, quem produziria pizza para trocar por cerveja?

c. O preço de uma pizza pode ser expresso em litros de cerveja. Qual é o maior preço, em litros de cerveja, pelo qual a pizza seria trocada, de modo que ambas fiquem satisfeitas ao comerciarem entre si? Qual é o preço mais baixo? Explique.

Comentários

	Cerveja (1 litro)	Pizza (1 unidade)
Pat	4 h	2 h
Kris	6 h	4 h

Se Pat fizesse uma pizza gastaria 2 horas, nas quais poderia ter feito 0,5 litros de cerveja; logo, o custo de oportunidade de uma pizza para Pat é de 0,5 litros de cerveja. Se Kris fizesse uma pizza gastaria 4 horas, nas quais poderia ter feito 0,66 litros de cerveja; o custo de oportunidade de uma pizza para Kris é de 0,66 litros de cerveja. Assim, Pat tem vantagem comparativa em pizza, e Kris em cerveja (se Pat fizesse 1 litro de cerveja, deixaria de fazer 2 pizzas; se Kris fizesse 1 litro de cerveja, deixaria de fazer 1,5 pizzas; cerveja é mais barata, para Kris, em termos de sacrifício de pizzas).

O custo de oportunidade de 1 litro de cerveja para Pat são 2 pizzas (1/0,5). O custo de oportunidade de 1 litro de cerveja para Kris são 1,5 pizzas (1/0,66).

⁴ MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009, p. 61-62



Pat tem vantagem comparativa em pizza (menor custo de pizza em termos de cerveja), e Kris em cerveja (menor custo de cerveja em termos de pizza).

Pat gasta menos tempo que Kris tanto para produzir cerveja quanto para produzir pizza. Logo, tem vantagem absoluta tanto em pizza quanto em cerveja.

Concluindo, se comerciarem, Pat fará pizza e Kris cerveja, e trocarão entre si a um preço da pizza entre 0,5 cervejas por pizza e 0,66 cervejas por pizza. Por quê? Tipicamente, Pat não trocaria 0,4 cervejas por uma pizza que faça. Nessa cotação, preferiria fazer, ela mesma, a cerveja. Raciocínio semelhante se aplica a Kris e ao preço máximo de 0,66 cervejas por pizza. Kris nunca pagaria por uma pizza 0,7 cervejas; preferiria fazer pizza ela mesma.

Você diria que, ao produzir pizza para trocar por cerveja com Kris, Pat estaria produzindo indiretamente cerveja? O Brasil poderia produzir indiretamente carros Volvo, trocando-o por café paranaense com os suecos?

Exercício 5 (Mankiw)

A Inglaterra e a Escócia produzem bolinhos e suéteres. Suponha que um trabalhador inglês produza 50 bolinhos ou 1 suéter por hora, e que o escocês produza 40 bolinhos ou 2 suéteres por hora.

a. Qual dos dois países tem vantagem absoluta na produção de cada bem? E qual dos dois países tem vantagem comparativa?

b. Se a Inglaterra e a Escócia decidirem comerciar, que mercadoria a Escócia venderia para a Inglaterra? Explique.

c. Se um trabalhador escocês produzisse somente um suéter por hora, a Escócia ainda poderia lucrar com o comércio? E a Inglaterra? Explique.

Comentário

Este exercício é inteiramente similar ao anterior. O inglês tem vantagem absoluta em bolinhos e o escocês em suéteres. E também a vantagem comparativa inglesa é em bolinhos (menor custo em termos de suéter sacrificado); a do escocês é em suéteres (menor custo em termos de bolinhos).

Exercício 9 (Mankiw)

As afirmações a seguir são verdadeiras ou falsas? Explique suas respostas em cada caso.

a. “Dois países podem obter ganhos de comércio mesmo que um deles tenha vantagem absoluta na produção de todos os bens.”



- b. “Certas pessoas muito talentosas têm vantagem comparativa em tudo que fazem.”
- c. “Se determinada transação comercial é boa para uma pessoa, não pode ser boa para a outra.”
- d. “Se determinada transação comercial é boa para uma pessoa, sempre será boa para a outra.”
- e. “Se o comércio é bom para um país, deve ser bom para todos nesse país.”

As respostas corretas são:

- a. Verdadeiro
 - b. Falso
 - c. Falso
 - d. Falso
 - e. Falso
- É importante você tentar justificá-las.



PARTE II — OFERTA E DEMANDA 1: COMO FUNCIONAM OS MERCADOS

CAPÍTULO 4 — AS FORÇAS DE MERCADO DA OFERTA E DEMANDA

1. BIBLIOGRAFIA

MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009, p. 65-88, Capítulo 4.

2. ROTEIRO DE EXECUÇÃO DE ANÁLISE DE UM MERCADO VIA DEMANDA E OFERTA

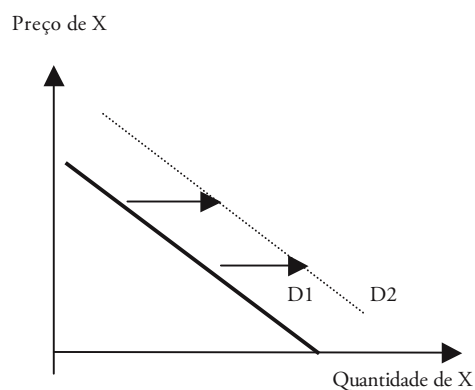
2.1. Avaliar se um determinado evento que ocorre no mundo alteraria a curva de demanda, ou a curva de oferta, ou ambas, ou nenhuma.

2.2. Fazer, no gráfico da oferta e da demanda, o deslocamento da curva de demanda, da curva de oferta ou de ambas, conforme o caso, representando o efeito do evento em questão.

2.3. Constatar, no gráfico, qual é a consequência do evento em questão sobre o preço de equilíbrio do mercado e sobre a quantidade negociada do produto que está sendo analisado.

3. DESLOCAMENTO DA CURVA DE DEMANDA NO SENTIDO DE SEU AUMENTO

3.1. Representação gráfica





3.2. Eventos que causam esse deslocamento

- i) aumento do preço de produtos substitutos para o comprador;
- ii) diminuição do preço de produtos complementares para o comprador;
- iii) evento natural (meteorológico, por exemplo) que torne o bem X mais útil para o comprador;
- iv) evento demográfico (aumento do número de pessoas comprando no mercado que gostam do bem X);
- v) aumento da renda real das pessoas, se X for um bem normal;
- vi) redução da renda real das pessoas, se X for um bem inferior;
- vii) mudança de moda ou de gosto dos compradores, no sentido de desejarem mais do bem X;

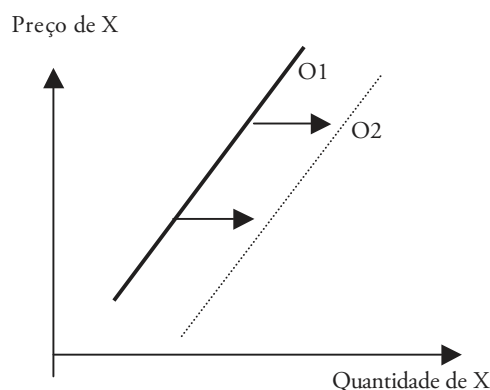
3.3. Exercício

Para cada um dos diversos eventos descritos em 3.2 acima, dê um exemplo real de deslocamento da curva de demanda.

Exemplo ilustrativo no caso do item (i): a curva de demanda por laranja desloca-se no sentido de aumento (para a direita, portanto) se a tangerina encarecer.

4. DESLOCAMENTO DA CURVA DE OFERTA NO SENTIDO DE SEU AUMENTO

4.1. Representação gráfica



4.2. Eventos que causam esse deslocamento

- i) aumento do preço de um produto complementar a X para o produtor;
- ii) diminuição do preço de um produto substituto de X para o produtor;



- iii) evento natural (meteorológico, por exemplo) que facilite a produção de X;
- iv) evento demográfico (migração para o país de especialistas na produção de X)
- v) progresso tecnológico na produção de X;
- vi) redução do preço de um insumo usado na produção de X;

4.3. Exercício

Para cada um dos diversos eventos descritos em 4.2 acima, dê um exemplo real de deslocamento da curva de oferta.

Exemplo ilustrativo, no caso do item (iii): uma condição climática favorável aumenta (desloca para a direita, portanto) a curva de oferta de milho.

5. DESLOCAMENTO DA CURVA DE OFERTA VERSUS DESLOCAMENTO SOBRE A CURVA

- a) Se o preço do aço sobe, há alteração na posição de sua curva de oferta?
- b) Se o preço do minério de ferro sobe, há alteração na posição de curva de oferta de aço?

Comentários

Sua resposta a essa pergunta ilustra a distinção entre o deslocamento ao longo da curva de oferta e o deslocamento da própria curva de oferta. O mesmo tipo de raciocínio se aplica ao deslocamento ao longo da curva de demanda *versus* deslocamento da demanda.

6. RESOLUÇÃO DE QUESTÃO DO LIVRO

Exercício 13⁵. Como o pão e o requeijão são frequentemente consumidos juntos, são bens complementares.

a) Observamos que o preço de equilíbrio do requeijão e a quantidade de equilíbrio do pão aumentaram. O que poderia ser responsável por esse padrão — uma queda do preço da farinha ou do leite? Ilustre e explique sua resposta.

b) Suponhamos que, em vez disso, o preço de equilíbrio do requeijão tenha aumentado, mas a quantidade de equilíbrio do pão tenha caído. O que

⁵ MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009, p. 88.



poderia ser responsável por isso — um aumento no preço da farinha ou do leite? Ilustre e explique sua resposta.

Respostas corretas

a) Queda do preço da farinha.

b) Aumento do preço do leite.

É importante tentar justificar essas respostas usando gráficos de demanda e oferta para o mercado de pão e de requeijão.



CAPÍTULO 5 — A ELASTICIDADE E SUA APLICAÇÃO

1. BIBLIOGRAFIA

MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009, p. 89-110, Capítulo 5.

2. CASO 1: COMBATE ÀS DROGAS

2.1. Texto motivador

“Limites e efeitos indesejáveis das estratégias repressivas⁶

“É imperativo examinar criticamente as deficiências da estratégia proibicionista seguida pelos Estados Unidos e as vantagens e os limites da estratégia de redução de danos seguida pela União Européia, bem como a pouca prioridade dada ao problema das drogas, por alguns países, tanto industrializados como em desenvolvimento.

A Colômbia é um exemplo claro das limitações da política repressiva promovida globalmente pelos Estados Unidos. Durante décadas, o país adotou todas as medidas de combate imagináveis, em um esforço descomunal, cujos benefícios não correspondem aos enormes gastos e custos humanos. Apesar dos significativos êxitos da Colômbia em sua luta contra os cartéis da droga e a redução dos índices de violência e de delitos, voltaram a crescer as áreas de plantação de culturas ilícitas bem como o fluxo de drogas a partir da Colômbia e da área Andina.

O México se converteu, de maneira acelerada, em outro epicentro da atividade violenta dos grupos criminosos do narcotráfico. Isto impõe desafios enormes ao governo mexicano em sua luta contra os cartéis de drogas que substituíram os traficantes colombianos como introdutores da maior quantidade de narcóticos no mercado dos Estados Unidos. O México tem direito de reivindicar do Governo e das instituições da sociedade norte-americana um debate sobre as políticas que lá se aplicam e também de pedir à União Europeia um esforço maior para a redução do consumo. A traumática experiência colombiana, sem dúvida, é uma referência para que se evite o erro de seguir as políticas proibicionistas dos Estados Unidos e que se encontrem alternativas inovadoras.

A política europeia de focalizar a redução de danos causados pelas drogas como um assunto de saúde pública, por meio do tratamento dos usuários, se mostra mais humana e eficiente. Porém, ao não priorizar a redução do con-

⁶ O texto motivador apresentado consiste no abstract e em dados presentes na pesquisa mencionada. A publicação completa do artigo pode ser acessada no site do IPEA, no seguinte endereço: http://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/TDs/td_1762.pdf



sumo, sob o argumento de que as estratégias de redução de danos minimizam a dimensão social do problema, a política dos países da União Europeia mantém intacta a demanda de drogas ilícitas que estimula sua produção e exportação de outras partes do mundo.

A solução de longo prazo para o problema das drogas ilícitas passa pela redução da demanda nos principais países consumidores. Não se trata de buscar países culpados por tal ou qual ação ou omissão, mas sim de afirmar que os Estados Unidos e a União Europeia são corresponsáveis pelos problemas que enfrentamos na região, pois seus mercados são os maiores consumidores das drogas produzidas na América Latina.

É desejável, por isso, que se apliquem políticas que efetivamente diminuam o nível de consumo e que reduzam significativamente o tamanho deste negócio criminoso.”

2.2. Comentários

O debate acerca das drogas é extremamente relevante no contexto atual da sociedade brasileira, em razão de suas repercussões sociais, políticas e econômicas na vida dos brasileiros. Algumas ferramentas da análise econômica podem contribuir tanto para a compreensão quanto para a solução do problema.

Em primeiro lugar, é importante analisar o mercado de drogas. Nesse mercado, a demanda por drogas é inelástica a preço. Lembre-se que elasticidade da demanda é a sensibilidade da quantidade demandada às variações em seus determinantes. No presente caso, a demanda por drogas é inelástica a preço, em razão de os usuários terem grande dificuldade de abandonar seu vício, mesmo que haja aumento do preço da droga.

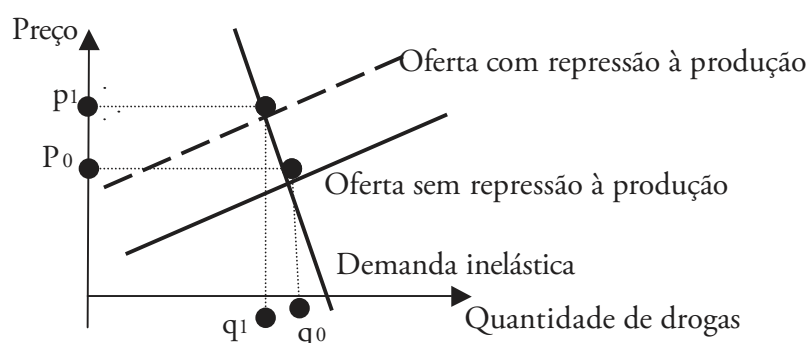
Em termos econômicos, a repressão ao tráfico de drogas acarreta, essencialmente, a redução da oferta de drogas, por meio do deslocamento, para a esquerda, da curva de oferta. Com isso, o equilíbrio no mercado será alterado para um ponto (p^1 , q^1 , no gráfico abaixo) mais elevado no gráfico. Esse novo equilíbrio mostra que vai ocorrer uma boa elevação no preço. Entretanto, como a demanda é pouco sensível às variações no preço da droga, a redução na quantidade comercializada será proporcionalmente bem menor que esse aumento no preço.

A repressão ao tráfico produz, em termos econômicos, forte aumento no preço da droga e redução não muito significativa da quantidade comercializada. Com isso, os ofertantes de drogas (traficantes) que permanecerem no mercado terão sua receita aumentada, o que tem o efeito adverso de aumentar seu poder, podendo, por exemplo, contribuir para o aumento da corrupção. Por sua vez, os demandantes de drogas (usuários) terão que pagar mais pela



droga, o que pode gerar aumento de crimes, como furtos e roubos perpetrados para sustentar seu vício. São os chamados crimes complementares.

Com base nessa constatação, alguns economistas fazem uma proposta alternativa. Em vez de focar as políticas públicas enfaticamente no combate à produção de drogas, é mais adequado concentrá-las no lado da demanda. Quando se faz uma política educacional eficiente contra as drogas, há uma redução da demanda, acompanhada de diminuição no preço da droga, acarretando redução significativa da quantidade comercializada.



2.3 Questões propostas

a) Considere o caso do cigarro no Brasil. Há algumas décadas, o número de fumantes proporcionalmente ao número total de habitantes era bem maior do que hoje. Essa redução decorreu, em boa parte, de políticas públicas voltadas para redução da demanda, em particular de políticas educacionais sobre os males do tabagismo. Há também hoje grande sanção social aos fumantes, que não fumam “impunemente” em uma sala de aula, por exemplo. Você considera que possa ser feita uma analogia entre esse caso e o das atuais drogas ilícitas? Justifique sua resposta.

b) No gráfico do mercado de drogas mostre a mudança no equilíbrio causada por uma política educacional e de sanção social aos usuários de drogas.

3. CASO 2: POLÍTICA HABITACIONAL E ELASTICIDADE

3.1 Texto motivador

Existe Bolha No Mercado Imobiliário Brasileiro?⁷

Mário Jorge Mendonça e Adolfo Sachsida / Brasília, 2012

“De janeiro de 2010 a março de 2012, houve uma variação de 43% no preço médio de venda dos imóveis em todo o Brasil. Das regiões metropolitanas (RMs) consideradas, a cidade do Rio de Janeiro foi aquela que apresentou a maior valorização, seguida pela cidade de São Paulo. No Rio de Janeiro e

⁷ O texto motivador apresentado consiste no abstract e em dados presentes na pesquisa mencionada. A publicação completa do artigo pode ser acessada no site do IPEA, no seguinte endereço: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1762.pdf



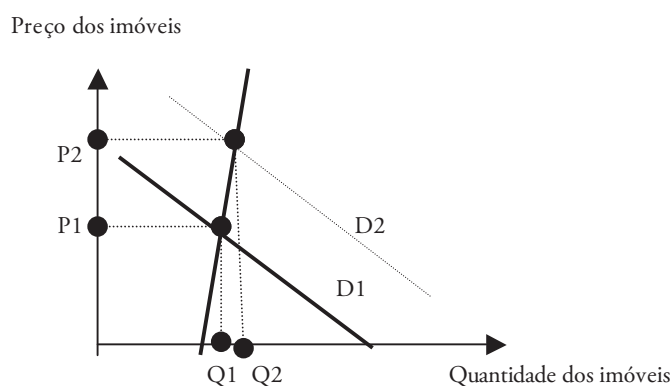
em São Paulo, o preço de venda dos imóveis teve variação, entre janeiro de 2008 a março de 2012, de 168% e 132%, respectivamente. Tomando-se apenas o período de janeiro de 2010 a março de 2012, a variação do preço do imóvel no Rio de Janeiro foi de 58,86%, enquanto em São Paulo a variação ficou em 43,16%. Concomitantemente, ocorreu um vigoroso aumento do estoque de crédito imobiliário, que mostrou variação de 130% em termos reais no mesmo período.

Este estudo tem por objetivo avaliar a possibilidade de existência de “bolha” especulativa no mercado imobiliário brasileiro. Para tanto, estudou-se e empregou-se diversas metodologias, tanto em nível microeconômico quanto em nível macroeconômico. De maneira geral, os resultados apontam para a possibilidade concreta de existência de uma bolha no mercado de imóveis no Brasil. De maneira objetiva, a Teoria Austríaca do Ciclo Econômico (Tace), reforçada por técnicas estatísticas, fornece uma base teórica sólida para apontar o governo federal, por meio de suas políticas fiscais e de estímulo ao crédito, como o principal responsável pelo surgimento desta bolha. A insistência do governo em aquecer ainda mais um mercado imobiliário já aquecido só tende a piorar o resultado final.”

2.2. Comentários

O aumento do preço dos imóveis no Brasil na atualidade é uma realidade testemunhada por muitos brasileiros. O conceito microeconômico da elasticidade pode auxiliar na compreensão das causas desse fenômeno, assim como pode fornecer propostas para solucioná-lo.

O primeiro passo consiste na análise do mercado imobiliário. Graficamente, esse mercado pode ser representado da seguinte forma:



O gráfico acima mostra o deslocamento da curva de demanda por imóveis nos últimos anos no Brasil. Essa mudança decorreu de vários fatores, como a



estabilidade dos preços, a queda na taxa de juros, o crescimento da economia (e, conseqüente, o aumento da renda dos brasileiros). Entretanto, o subsídio ao crédito imobiliário destaca-se como causa importante para essa expansão da demanda por imóveis.

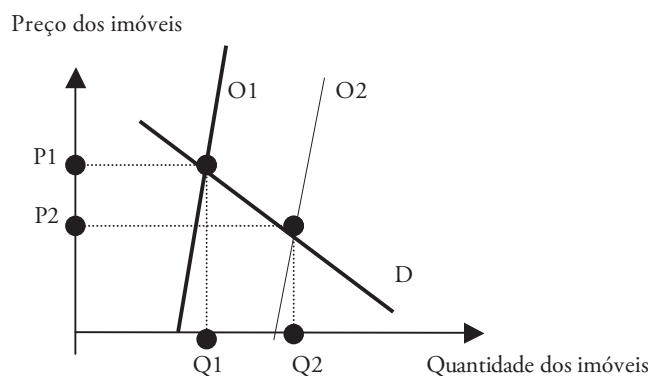
Por sua vez, como representado no gráfico acima, a curva de oferta de imóveis é relativamente mais inelástica. Isso significa que a oferta é pouco sensível a preço, sobretudo porque a disponibilidade de terrenos urbanos, que torna viável novas construções, é relativamente restrita, pouco reagindo a aumentos de preços.

Nesse mercado, em que há deslocamento da demanda frente a uma oferta inelástica, o novo equilíbrio ocorre em uma situação de preço muito mais elevado e de quantidade comercializada apenas um pouco maior. Compare P_2 com P_1 e Q_2 com Q_1 .

Em conclusão, o resultado de uma política pública para o setor habitacional baseada no subsídio ao crédito imobiliário gera grande aumento de preço dos imóveis e uma expansão bem menor da quantidade produzida e comercializada. Essa política não parece ser eficiente.

Em um mercado caracterizado pela oferta inelástica, uma política pública adequada é a tentativa de aumento da oferta de imóveis, removendo os fatores que a restringem. Em uma área urbana, esse aumento da oferta pode decorrer, por exemplo, de políticas públicas voltadas para a melhoria da infraestrutura do município. Em particular, a melhoria do transporte público diminui o tempo de deslocamento das pessoas até o centro comercial da cidade. Assim, torna-se viável residir em locais mais afastados do centro da cidade, pois o tempo de deslocamento até ele diminuirá.

Em termos econômicos, isso significa o deslocamento da curva de oferta no sentido de seu aumento, pois novas áreas no entorno da cidade passarão a ser comercializadas. Há um aumento da oferta de terrenos. Gráficamente, essa situação pode ser representada da seguinte forma:





Com base no gráfico acima, percebe-se que, no novo equilíbrio, os preços dos imóveis serão mais baixos e a quantidade comercializada será bem maior. Assim, em termos de políticas públicas voltadas para o setor habitacional, os recursos disponíveis deveriam ser aplicados na expansão da oferta, por meio da melhoria da infraestrutura urbana.

2.3. Questões propostas

a) Pense na situação do mercado imobiliário no Rio de Janeiro. Formule uma proposta de política pública que vise a melhorar esse mercado, em termos de mais casas produzidas a preços menores. Considere na sua proposta a elasticidade da oferta de imóveis.

b) Represente sua proposta em um gráfico de oferta e demanda e explique-o.

2.4 Comentário

No Caso 1, referente à política antidrogas, uma característica essencial do mercado é existência de uma demanda inelástica. No Caso 2, que trata da política habitacional, uma característica fundamental do mercado é a inelasticidade da oferta. Mas em ambos os casos, as elasticidades das curvas da oferta e da demanda sugerem qual deva ser a política pública mais adequada.

**CAPÍTULO 6 — OFERTA, DEMANDA E POLÍTICAS DO GOVERNO****1. BIBLIOGRAFIA**

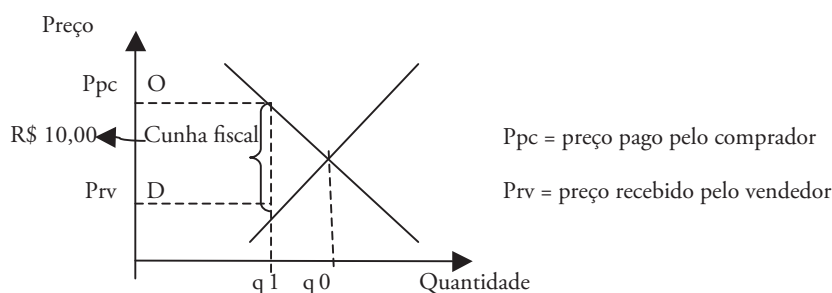
MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009, p. 111-131, Capítulo 6.

2. TEXTO BASE: INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

A análise da incidência tributária é fundamental para que se compreenda adequadamente os efeitos da imposição de um tributo sobre determinado bem ou serviço. Em particular, essa análise demonstra que não há identidade entre a parte que recolhe o tributo e a parte que efetivamente o paga. Desse modo, o ônus tributário será dividido entre vendedores (ofertantes) e os compradores (demandantes), independentemente de quem recolhe o tributo para o fisco.

Isso decorre das forças de oferta e de demanda. Suponha que haja a imposição de um imposto de 10 reais por unidade comercializada. Com isso, o preço pago pelo consumidor excederá o preço recebido pelo produtor em 10 reais. A chamada cunha fiscal, nesse caso, será de 10 reais. Porém, nem compradores, nem vendedores pagarão integralmente o imposto, que será compartilhado entre eles. No novo equilíbrio, compradores pagarão mais e os vendedores receberão menos pelo bem.

Após a imposição do tributo, alguns vendedores e alguns compradores não mais comercializarão o bem. Isso significa que o tamanho do mercado diminuirá, pois a quantidade comercializada, no novo equilíbrio, será menor que na situação anterior. Graficamente, essa situação pode ser representada da seguinte forma:





Ao preço P_{pc} , pago pelo comprador, a quantidade demandada será q_1 ; ao preço P_{pv} , recebido pelo vendedor, a quantidade ofertada será também q_1 . Na verdade, P_{pc} e P_{pv} são o único par de preços que distam entre si R\$ 10,00 e que ocasionam quantidades demandadas e ofertadas iguais.

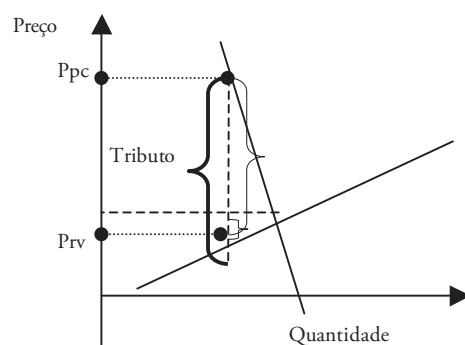
No gráfico acima, observa-se que o tributo reduziu a quantidade de equilíbrio de q_0 para q_1 . Ao introduzir uma cunha fiscal, o tributo faz com que os compradores paguem mais e os vendedores recebam menos pelo bem, independentemente de quem faz o recolhimento para o fisco. Assim, compradores e vendedores dividem o ônus tributário.

Estabelecida essa regra, resta saber o quanto cada um paga. Essa divisão será determinada pelas elasticidades da demanda e da oferta. Quem pagará a maior parte tributo será o lado mais inelástico. Por quê?

A elasticidade-preço da demanda (oferta) mede a sensibilidade da demanda (oferta) a variações no preço. Se a demanda por um bem for inelástica a preço, os compradores terão poucas alternativas àquele bem. Logo, mesmo que haja grande elevação do preço, a quantidade demandada diminuirá pouco. Do mesmo modo, se a oferta for elástica a preço, os vendedores terão muitas alternativas em relação à comercialização daquele bem. Logo, mesmo que haja pouca redução do preço, a quantidade ofertada diminuirá significativamente. Em um mercado com essas características (demanda inelástica e oferta elástica), a imposição de um tributo será suportada principalmente pelos compradores, pois são o lado com menos alternativas.

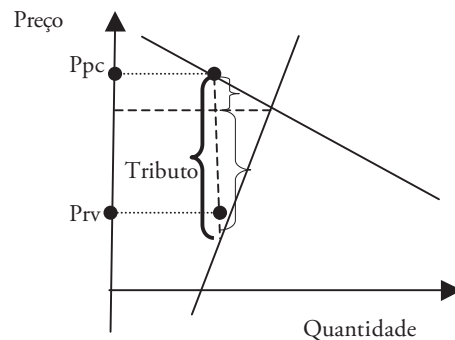
Essa análise pode ser generalizada. A imposição de um tributo, independentemente de quem o recolhe, acarretará um aumento do preço pago pelos consumidores e uma diminuição do preço recebido pelos vendedores (o aumento e a diminuição somam ao valor do imposto). Essa divisão, entretanto, não se dará em partes iguais, pois dependerá da elasticidade-preço dos compradores e dos vendedores. O lado mais inelástico, por ter menos alternativas, suportará a maior parte do ônus tributário. Graficamente, essa situação pode ser representada da seguinte forma:

1) Oferta elástica, demanda inelástica





2) Oferta inelástica, demanda elástica



A chave maior na primeira figura corresponde à parte do imposto paga pelo comprador.

A chave maior na segunda figura corresponde à parte do imposto paga pelo vendedor.

(II) = Parte do imposto paga pelo vendedor.

3. CASO 1: MERCADO DE TRABALHO

3.1 Comentários

Este caso é uma aplicação prática do instrumental teórico estudado no texto base. Para a produção de bens e serviços, emprega-se tanto capital quanto trabalho. No mercado de trabalho, o lado da demanda é composto pelas empresas empregadoras, enquanto que o lado da oferta é composto pelos trabalhadores. Desse modo, para saber quem arcará com o maior ônus tributário, deve-se investigar qual é o lado mais inelástico, independentemente de quem recolhe o tributo para o fisco.

No caso do mercado de trabalho, o lado menos sensível a mudanças no preço (salário) é o dos trabalhadores, pois eles têm menos alternativas de empregar seu fator de produção (trabalho), se comparados com as alternativas das empresas. Assim, o ônus tributário no mercado de trabalho será suportado sobretudo pelos trabalhadores, pouco importando quem faz a contribuição direta ao fisco.

3.2 Questões propostas

a) Faça um gráfico que represente a incidência tributária em um mercado de trabalho;



b) Recentemente, o governo brasileiro anunciou a desoneração de tributos sobre a folha de pagamento. Essa é uma política que beneficia apenas as empresas? Como essa medida afeta os trabalhadores?

c) Pense no fluxo de capitais e de trabalhadores entre os países. Qual é o lado mais inelástico? A tributação exigida unicamente dos detentores de capitais é suportada principalmente por quem?

4. CASO 2: TRIBUTAÇÃO SOBRE O CIGARRO

4.1 Comentários

A incidência tributária auxilia na compreensão do mercado de cigarros. No Brasil, o preço final do cigarro ao consumidor é composto, em sua maior parte, por impostos. As empresas produtoras de cigarro são as responsáveis pelo recolhimento desses tributos; porém, são elas que efetivamente os pagam?

A demanda dos fumantes por cigarros é pouco sensível a preço (trata-se de uma demanda inelástica), pois grande parte deles não consegue abandonar o vício facilmente, mesmo pagando mais. Por sua vez, as empresas produtoras de cigarro são mais sensíveis a preço, pois têm mais facilidade de encontrar outras formas de emprego de seus recursos. Neste mercado, há, então, uma demanda preço-inelástica e uma oferta preço-elástica.

Com a introdução de um tributo, o lado mais inelástico arcará com a maior parte da carga tributária. No caso do mercado de cigarros, os fumantes pagarão a maior parte do tributo, embora o recolhimento fique a cargo das empresas.

4.2 Questões propostas

a) Faça um gráfico de demanda e oferta do mercado de cigarros e nele represente a incidência tributária.

b) Considerando a dinâmica econômica desse mercado, você acredita que o aumento de impostos sobre as empresas produtoras de cigarros, somado às políticas educativas do Ministério da Saúde, possa ter contribuído para a redução do número de fumantes?

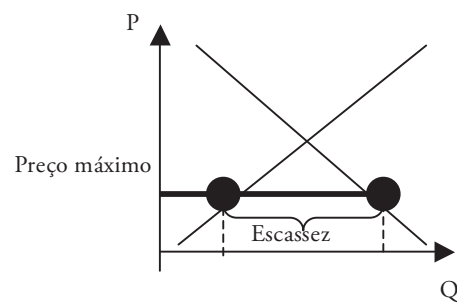
5. CASO 3: CONTROLE DO ALUGUEL DE IMÓVEIS

Algumas políticas públicas são voltadas para o controle de preços de bens e de serviços na economia. Em geral, a finalidade de uma política de preços máximos é a proteção dos demandantes, para que estes não paguem preços



exorbitantes, enquanto que uma política de preços mínimos visa a proteger os ofertantes, para que estes tenham incentivos para produzir. Desse modo, o preço máximo deve estar abaixo do preço de equilíbrio sem intervenção, a fim de que seja efetivo, e o preço mínimo deve estar acima do equilíbrio sem intervenção, para que surta o efeito desejado.

No caso do controle de aluguéis de imóveis, uma política comum é a do estabelecimento de um preço máximo do valor do aluguel. Os ofertantes de imóveis para aluguel não podem cobrar nenhum valor além do preço estabelecido pelo governo. Isso é feito com o objetivo de proteger os locatários de imóveis. No gráfico, essa situação pode ser representada do seguinte modo:



Com base no gráfico, percebe-se que, no preço máximo estabelecido pelo governo, a quantidade demanda será bem superior à quantidade ofertada. A diferença entre a quantidade demandada e a ofertada corresponde ao número de pessoas que querem alugar imóveis, mas não conseguem. Em razão da política pública adotada, passou a haver uma escassez no mercado de imóveis para aluguel.

**PARTE III — OFERTA E DEMANDA 2: MERCADOS E BEM-ESTAR****CAPÍTULO 7 — CONSUMIDORES, PRODUTORES E EFICIÊNCIA DOS MERCADOS****1. BIBLIOGRAFIA**

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009, p. 133-154, Capítulo 7.

2. ESTUDOS DE CASO**2.1 ABALROAMENTO DA PONTE RIO-NITERÓI**

Suponha que um navio com um comandante embriagado abalroe e derrube a ponte Rio-Niterói durante a madrugada. Ninguém morre ou fica ferido no acidente. No entanto, foi causado um prejuízo total material significativo.

Prejuízo para os donos da ponte:

- i) lucros cessantes;
- ii) reconstrução da ponte;

Prejuízo para o governo:

- iii) perda de arrecadação tributária;

Prejuízo para os usuários da ponte:

- iv) perda do excedente do consumidor;

O que é o excedente do consumidor?

Suponha que, se não puder usar a ponte, um usuário da mesma tem que escolher uma alternativa, pois precisa ir ou vir de Niterói. A melhor alternativa implicaria custos totais (incluindo despesas incorridas, custos de inconveniência, etc.) de R\$ 30,00 por viagem.

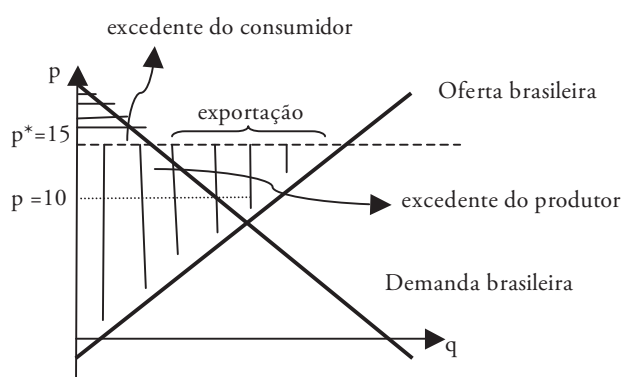
Antes, ele poderia usar a ponte pagando um pedágio de R\$ 5,00, digamos, e haveria outros custos de inconveniência, digamos, de R\$ 4,00. O custo total de usar a ponte, antes do acidente, era de R\$ 9,00.

Desse modo, o acesso à ponte lhe trazia um benefício de R\$ 21,00 (30 — 9) em relação à melhor alternativa de cruzar a baía. O valor de R\$ 21,00 é chamado de excedente deste consumidor. Esse valor corresponde ao benefício gerado pelo acesso a certo mercado (neste caso, ao benefício de travessia da baía via ponte).



2.2 RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS AO COMÉRCIO BRASIL-EUA

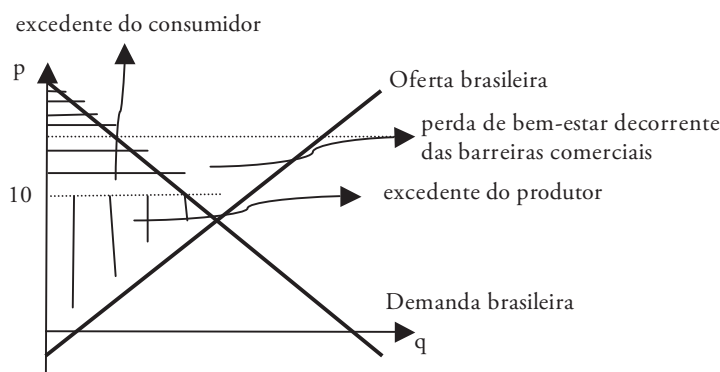
Suponha a seguinte situação. O Brasil, um produtor relativamente pequeno no mercado mundial, exporta suco de laranja para os Estados Unidos. Não há barreiras à exportação ou à importação do suco de laranja. Em razão da enorme demanda norte-americana, a situação de equilíbrio no comércio bilateral ocorre com um preço ($p^* = R\$15$) superior ao preço de equilíbrio interno ($p = R\$10$), que existiria se apenas os brasileiros comprassem o suco de laranja produzido aqui. Essa situação de abertura ao comércio internacional pode ser representada graficamente do seguinte modo:



Se os produtores americanos de suco de laranja fizerem “lobby” no Congresso americano e conseguirem barrar toda e qualquer importação de suco de laranja para os Estados Unidos, inclusive a brasileira. Em termos de comércio internacional, isso significou uma barreira quantitativa às importações.

(Nota: Na verdade, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT/1994), que regulam o comércio internacional no âmbito multilateral, proíbe, em regra, esse tipo de medida, pois as restrições quantitativas são as medidas que mais distorcem o comércio entre todas as formas de protecionismo. Desse modo, essa medida restritiva pode ser questionada no âmbito do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio, por contrariar suas regras).

Em termos gráficos, a nova situação pode ser representada do seguinte modo:





Com base nessa nova situação de equilíbrio, percebe-se que houve ganhadores e perdedores no Brasil em razão da medida restritiva. Os consumidores brasileiros estão pagando mais barato pelo suco, pois o preço caiu de 15 reais para 10 reais, aumentando seu excedente. Os produtores brasileiros tiveram severas perdas, pois parte de seu excedente foi transferido para os consumidores (em razão da queda de preço) e parte de seu excedente simplesmente deixou de existir (em razão das restrições quantitativas americanas, que extinguíram a possibilidade de algumas transações).

(Nota: O Estado brasileiro pode assumir a reclamação dos produtores nacionais e acionar os Estados Unidos perante o sistema de solução de controvérsias da OMC, afirmando que a medida americana é contrária às regras multilaterais de comércio e causou dano à produção nacional).

3. EXERCÍCIOS PROPOSTOS

3.1 Estime o benefício de ter acesso ao mercado de leite, pagando R\$ 3,00 por litro de leite, em vez de criar uma vaca em casa e ordenhá-la regularmente para obter seu litro de leite diário.

3.2 Quando um país nega acesso a seu mercado interno aos produtores de outro país, há uma perda de excedente do produtor. Explique porque há esta perda e mostre seu valor em um gráfico de demanda e oferta.



CAPÍTULO 8 — APLICAÇÃO: OS CUSTOS DA TRIBUTAÇÃO

1. BIBLIOGRAFIA

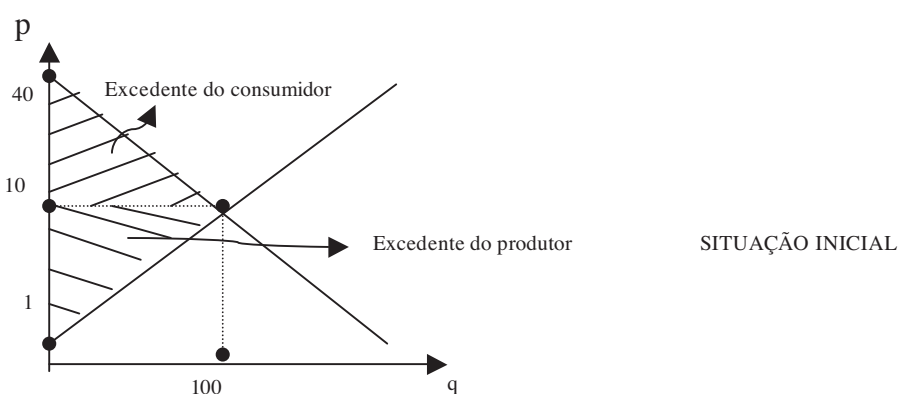
MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009, p. 155-170, Capítulo 8.

2. TEXTO BASE

A imposição de um tributo em determinado mercado afeta negativamente o bem-estar. Após o tributo, o excedente do governo aumentará e os excedentes do consumidor e do produtor diminuirão. Entretanto, não há uma compensação exata, pois a perda de consumidores e de produtores supera o ganho do governo.

Essa situação gera o que os economistas chamam peso morto. O peso morto é a perda de excedente social decorrente de uma medida distorciva, como o tributo. Essa perda de excedente total decorre da reação dos consumidores ao aumento do preço e dos produtores à sua diminuição. O tamanho do mercado, assim, torna-se menor que o ideal.

Essa situação pode ser representada graficamente, por meio da comparação entre a situação anterior e a posterior ao tributo.



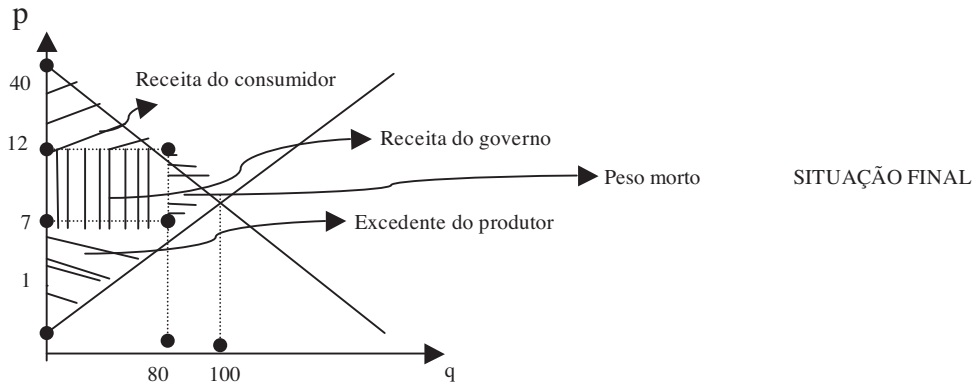
Os excedentes do consumidor e do produtor podem ser calculados. Perceba que se trata de dois triângulos. A fórmula para se calcular a área de um triângulo é a multiplicação da base pela altura e divisão do resultado por dois.

Assim, o excedente do consumidor é base (100) vezes altura (40-10) dividido por 2. O excedente do consumidor, então, é igual a R\$ 1500. Por sua vez,



o excedente do produtor é igual à base (100) vezes altura (10-1), dividido por 2. O excedente do produtor é R\$ 450. O excedente social total é a soma do excedente do produtor e do consumidor, o que resulta em R\$ 1950.

Após a introdução do tributo de R\$ 5, o gráfico ficaria assim:



O novo excedente do consumidor é $(40-12) \times 80 / 2$, o que é igual a 1120. O novo excedente do produtor é $(7-1) \times 80 / 2$, o que é igual a 240. A receita fiscal do governo é área de um retângulo (base vezes altura). Assim, a arrecadação tributária é a base (80) multiplicada pela altura (12-7), o que resulta em 400. Somando os excedentes do produtor, do consumidor e do governo, chega-se ao resultado total de R\$ 1760.

Comparando a situação antes do tributo com a situação posterior, percebe-se que houve uma diminuição total no excedente total de R\$ 190 (1950-1760). Essa diminuição corresponde precisamente ao valor do peso morto.



CAPÍTULO 9 — EXTERNALIDADES

1. BIBLIOGRAFIA

MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Thomson Learning, 2006, p. 204-205, Capítulo 10.

2. TEXTO BASE

Qualquer decisão e conseqüente ação acarretam custos e benefícios. Quando os custos ou benefícios decorrentes da decisão incidem apenas sobre o agente decisor, são chamados de custos ou benefícios internos. Se incidirem também, parcial ou totalmente, sobre outras pessoas que não o agente decisor, geram as chamadas externalidades positivas ou negativas. O benefício que uma decisão trazer para outras pessoas é chamado de benefício externo ou externalidade positiva; o custo sobre outras pessoas é chamado custo externo ou externalidade negativa.

As externalidades positivas ou negativas podem gerar distorções alocativas, pois, por exemplo, o custo social total de fabricação de aço tem que levar em consideração toda a poluição que gera na sua cadeia produtiva. Esse custo social total pode ser maior que o custo privado total para a empresa produtora. Assim, se não considerar os custos externos, a empresa produtora pode produzir excessivamente, acima do que seria eficiente em termos alocativos. Simetricamente, algumas ações podem gerar benefícios sociais totais maiores que o benefício privado total auferido pelo agente decisor (por exemplo, o caso de uma pessoa que coloca um guarda de segurança na portaria de seu edifício; a segurança aumenta para todos os habitantes do prédio). Nesse caso, a produção da mercadoria ou serviço ficará abaixo do nível de alocação eficiente.

Portanto, no caso das externalidades negativas, o custo marginal social tende a ser maior que o custo marginal privado. Se, em um mercado competitivo, a empresa equalizar seu custo marginal privado ao preço de mercado, então o nível de produção que vai oferecer ao mercado não reflete todos os custos. Não é um nível de produção socialmente eficiente.

A fumaça emitida pelo escapamento dos carros gera externalidades negativas, porque há um impacto no meio ambiente e na saúde da população, que não é considerado pelo motorista do carro. O Governo procura corrigir essas falhas no mercado ao estabelecer padrões de emissão de poluentes para



automóveis, reduzindo a quantidade de automóveis nas ruas; ao tributar o combustível, o que implica em um desestímulo ao uso de carro, dentre outras medidas, com o intuito de minimizar o custo social.

Como exemplo de externalidade positiva, pode-se mencionar o investimento em educação. Presume-se que uma população instruída, com nível educacional, tende a se transformar em uma sociedade mais homogênea, sem clivagens sociais, com melhor distribuição de renda. O fator educacional aumenta a capacidade do indivíduo a compreender melhor os fenômenos sociais, e a chegar a acordos (porém a educação não obriga necessariamente a realização desses acordos).

Assim, as externalidades positivas fazem com que a produção ofertada nos mercados seja menor do que a socialmente desejável⁸. Um aspecto importante de como lidar com externalidade foi desenvolvido, de modo aprofundado, por Ronald Coase, conforme veremos no tópico a seguir.

2.1 TEOREMA DE COASE

Ronald Coase, economista da Universidade de Chicago, desenvolveu em 1960 um estudo denominado de “O Problema do Custo Social”⁹, o que lhe garantiu, posteriormente, a indicação e a obtenção do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1991. Coase procura, basicamente, estudar até que ponto o mercado privado é eficaz ao lidar com externalidades, e chega à conclusão de que se os agentes econômicos envolvidos puderem negociar, sem custos de transação, a partir de direitos de propriedade bem definidos pelo Estado, poderão alocar os recursos de modo mais eficiente, solucionando o problema das externalidades.

O autor elaborou seu teorema a partir da análise de alguns casos emblemáticos na jurisprudência norte-americana e inglesa, também discutidos por outro economista, Arthur Pigou. Imaginemos o seguinte caso, denominado de *Sparks from engines*. Esse caso concerne às locomotivas, de determinada companhia ferroviária, que ao passarem por linhas férreas adjacentes às plantações causavam danos a estas, devido à emissão de faíscas provenientes dos motores das locomotivas¹⁰.

Coase possui duas premissas básicas para chegar a uma alocação eficiente de recursos, quais sejam: definição clara do direito de propriedade e ausência de custos de transação entre os agentes. Pensemos na seguinte estrutura hipotética, com a definição do direito de propriedade da ferrovia e do fazendeiro.

⁸ Outros exemplos de externalidades positivas: a) quando um indivíduo se vacina contra a gripe, todas as demais pessoas com quem ele se relaciona também obtêm benefícios, pois a probabilidade de incidência da enfermidade se reduz consideravelmente; b) uma propriedade vizinha bem conservada implica no aumento do valor de mercado das casas.

⁹ *The Problem of Social Cost*. Esse artigo foi publicado em outubro de 1960, por Ronald Coase, no *Journal of Law and Economics*. No Brasil, o artigo foi traduzido e revisado pelos professores Luciano Benetti Timm, Antonio José Maristrello Porto e Marcelo Lennertz (Escola de Direito FGV — Rio).

¹⁰ O caso jurídico é conhecido como “*Sparks from engines*”, e podemos encontrar também na obra *Halsbury’s Law of England*. No exemplo, o caso foi analisado de maneira didática, procurando alcançar os argumentos centrais propostos por Ronald Coase.



01. A Companhia ferroviária detém o direito de propriedade da terra imediatamente adjacente à linha férrea.

Estrutura de Custos A	Valor (US\$)
Custo social de instalação do dispositivo anti-faísca	10
Perda de lucro por não plantar na terra adjacente à ferrovia	12
Custo social do trem não circular	150

O exame da estrutura de custos leva à imediata conclusão de que o mais eficiente socialmente seria instalar o dispositivo anti-faísca. Nesse caso, como a ferrovia é proprietária da terra adjacente à linha férrea, não teria um incentivo direto para implantar o dispositivo anti-faísca (plantar na terra da ferrovia seria um abuso por parte do fazendeiro; se a plantação se incendiar, não há razão para que a ferrovia venha a indenizar o fazendeiro). Porém, se o custo de negociação com os fazendeiros for baixo, estes certamente ofereceriam pagar pelo dispositivo anti-faísca à ferrovia, pois nesse caso poderiam plantar na terra adjacente e obter o lucro de 12.

Suponha uma outra estrutura de custos B:

Estrutura de Custos B	Valor (US\$)
Custo social de instalação do dispositivo anti-faísca	15
Perda de lucro por não plantar em terra adjacente à ferrovia	10
Custo social do trem não circular	150

O exame da estrutura de custos leva à imediata conclusão de que o mais eficiente socialmente seria não plantar na terra adjacente à ferrovia. E é o que vai acontecer de modo espontâneo. Nesse caso, o fazendeiro não pagaria 15 para a implantação do dispositivo anti-faísca, pois sua plantação na terra adjacente lhe renderia apenas 10.

02. Os fazendeiros detêm o direito de propriedade da terra imediatamente adjacente à linha férrea.

Estrutura de Custos A	Valor (US\$)
Custo social de instalação do dispositivo anti-faísca	10
Perda de lucro por não plantar na terra adjacente à ferrovia	12
Custo social do trem não circular	150



O exame da estrutura de custos leva à imediata conclusão de que o mais eficiente socialmente seria instalar o dispositivo anti-faísca. Nesse caso, como os fazendeiros são proprietários da terra adjacente à linha férrea, poderiam plantar nela. As faíscas que incendiassem essa plantação causariam prejuízo de 12, a ser indenizado pela ferrovia. Esta, para evitar pagar uma indenização no valor de 12, preferirá gastar 10 com a instalação do dispositivo anti-faísca, levando ao ótimo social.

Suponha a estrutura de custos B:

Estrutura de Custos B	Valor (US\$)
Custo social de instalação do dispositivo anti-faísca	15
Perda de lucro por não plantar em terra adjacente à ferrovia	10
Custo social do trem não circular	150

O exame da estrutura de custos leva à imediata conclusão de que o mais eficiente socialmente seria não plantar na terra adjacente à ferrovia. Certamente a ferrovia, podendo negociar com os fazendeiros, lhes ofereceria pagar 10 (ou um pouco mais) para que não plantem ao longo nas terras adjacentes. Seria melhor para a ferrovia pagar 10 do que os 15 para a instalação do dispositivo anti-faísca.

Esse tipo de abordagem de Ronald Coase demonstra que a intervenção do Poder Público no sentido de definir claramente o direito de propriedade e reduzir os custos de negociação entre as partes tende a gerar um resultado social eficiente. Já a intervenção que procura definir parâmetros e compensações sem análise dos custos sociais, estabelecer proibições e outras ações do gênero, pode gerar distorções alocativas maiores.

Ronald Coase concluiu que a maioria dos problemas de externalidades são devidos a uma inadequada especificação dos direitos de propriedade, e uma ausência de negociação que permita internalizar os custos ou benefícios externos. O teorema de Coase pode ser resumido da seguinte maneira:

“Os agentes privados podem solucionar o problemas das externalidades entre si, desde que os custos de transação não sejam excessivos. Qualquer que seja a distribuição inicial dos direitos, as partes interessadas sempre podem chegar a um acordo pelo o qual todos ficam numa situação melhor”¹¹.

¹¹ MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Thomson Learning, 2006, p. 210-211, Capítulo 10.



3. QUESTÕES PROPOSTAS

1. Você já notou que o chão da sua sala é muito mais limpo do que a calçada na frente do seu prédio? Explique o motivo.

Sugestão: o chão da sua sala é um “chão com dono”, ao passo que a calçada é um “chão sem dono”. Na verdade, qualquer “cão sem dono” é muito pior tratado que um “cachorrinho de madame (com dono)”.

2. Há duas maneiras de proteger seu carro de um furto. Uma trava dificulta o trabalho de furto, ao passo que um rastreador facilita o trabalho da polícia depois que o carro foi furtado. Qual desses tipos de proteção transmite uma externalidade negativa aos demais proprietários dos carros? Qual proteção transmite uma externalidade positiva?

Sugestão: ao utilizar um adesivo que indica a existência de alarme, o proprietário consegue aumentar o grau de segurança do seu veículo, o que afasta a ação do assaltante. Porém, pode criar uma externalidade negativa para os outros veículos, já que o assaltante se afasta e passa a se interessar pelo carro dos outros.

3. Ringo adora tocar rock a um volume muito alto. Luciano adora ópera e detesta rock. Infelizmente, eles são vizinhos em um prédio, e as paredes não possuem isolamento acústico.

- a. Qual é a externalidade neste caso?
- b. Que política de comando e controle poderia ser imposta pelo proprietário? Essa política levaria a um resultado ineficiente?
- c. Suponha que os proprietários do prédio permitam que os inquilinos resolvam o problema da melhor maneira. De acordo com o teorema de Coase, como Ringo e Luciano poderiam chegar por si sós a um resultado eficiente? O que os poderia impedir de atingir um resultado eficiente?

Sugestão: suponha que o custo para Ringo deixar de tocar rock seja de US\$ 10, e que o custo para Luciano deixar de escutar ópera seja de US\$ 8. Com esses valores, faça uma análise similar à conduzida no texto sobre *Sparks from engines*. Suponha as duas hipóteses: i) Ringo tem o direito a tocar o que quiser e Luciano não tem direito algum; ii) Luciano tem o direito a tocar o que quiser e Ringo não tem direito algum.



4. Diz-se que o governo da Suíça subsidia a criação de gado e que o subsídio é maior em áreas que têm mais atrações turísticas. Você consegue imaginar porque essa política pode ser eficiente?

Sugestão: pense no valor da paisagem para indústria hoteleira. Os fazendeiros suíços geram externalidade para essa indústria?



CAPÍTULO 10 — BENS PÚBLICOS

1. BIBLIOGRAFIA

MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Thomson Learning, 2006, p. 224-227, Capítulo 11.

2. TEXTO BASE

Os mercados, por vezes, não conseguem proporcionar adequadamente os bens que as pessoas desejam, por exemplo, os chamados bens públicos. A maioria dos bens encontrados na sociedade são privados, e se adéquam à análise de oferta e de demanda do equilíbrio no mercado. Entretanto, como os bens públicos não são nem excludentes nem rivais (já que as pessoas não podem ser impedidas de usar um bem público, e seu uso por uma pessoa não reduz a disponibilidade para outra), a análise de demanda e oferta normal não se aplica a eles.

Considere o exemplo da tradicional queima de fogos no Réveillon de Copacabana. Imagine que cada expectador estivesse disposto a contribuir com a quantia de R\$ 10 para o evento. Como mais de um milhão de pessoas assistem ao espetáculo, teríamos uma renda bruta de 10 milhões de reais ou mais. Se o custo do show pirotécnico estivesse orçado em 3 milhões de reais, por exemplo, o show deveria ocorrer já que aumenta o bem estar social (benefício social total maior que o custo social total). Contudo, como dificilmente uma empresa privada conseguiria cobrar ingresso dos expectadores, que veriam a exibição do mesmo jeito, provavelmente o mercado privado não produziria o show, pois não seria uma atividade lucrativa¹². Embora a apresentação de fogos de artifício seja socialmente desejável, ela não é lucrativa do ponto de vista do mercado privado.

A Prefeitura do Rio poderia se incumbir de fazer a apresentação de fogos de artifício no dia do Réveillon, por meio do aumento dos impostos para custear o espetáculo. Se o governo concluir que os benefícios totais excedem os custos, pode proporcionar o bem público, o que deixaria todos em melhor situação. Enfim, o espetáculo de fogos em Copacabana se constitui em um bem público, pois não é excludente nem rival.

¹² Em economia, há um termo específico para denominar o indivíduo que recebe o benefício de um bem, mas evita pagar por ele: *freerider* ou *efeito carona*. A título de exemplo, o Brasil foi considerado nas décadas de 1970 e 1980 como *freerider* no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (em inglês, a sigla GATT), pois contribuía muito pouco para o comércio internacional e procurava auferir vantagens de transações econômicas de outros países mais atuantes.



Alguns Bens Públicos Importantes

1. DEFESA NACIONAL

A defesa nacional, qual seja o emprego de forças armadas, contra ameaça de agressão externa por outro Estado é considerada um bem público. Se as fronteiras do país são resguardadas, é impossível impedir que qualquer habitante desfrute do benefício proporcionado pela defesa, e se alguém desfrutar desse benefício não haverá redução desse aos demais habitantes.

Alguns bens públicos podem ser produzidos pelo mercado privado. Segundo os dados do instituto internacional de segurança pública de Estocolmo, os Estados Unidos gastam anualmente US\$ 1.464 bilhões de dólares em defesa nacional (ano de referência — 2011). Esses números não são confirmados pelo Departamento de Defesa dos EUA, mas o valor reflete o considerável gasto com manutenção de exércitos em diversas partes do mundo. Atualmente, alguns analistas criticam a “privatização da guerra”, já que atividades consideradas como meio (a exemplo de serviços de logística, refeição para os soldados, lavanderia, entre outros) seriam desempenhadas por empresas privadas.

Em contrapartida, alguns bens privados podem ser produzidos ou gerenciados por entidades públicas. Como exemplo, a CODERTE, empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Transporte do Estado do Rio de Janeiro, é responsável pela administração de terminais rodoviários e vagas de estacionamento (Terminal Menezes Cortes). As vagas de estacionamento são um bem privado, pois são excludentes e rivais. Mas são produzidas pelas empresas públicas.

2. INSTITUTOS DE PESQUISA

A criação de conhecimento através pesquisa básica é um bem público, e fundamental para o desenvolvimento de um país¹³. O governo procura proporcionar a difusão de conhecimento por meio da criação de institutos de pesquisa e conhecimento (P&D), que subsidiam pesquisas em diversas áreas, como medicina, biologia, física, matemática, entre outros ramos. No Brasil, encontramos centros de referência como *EMBRAPA* (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que desenvolve pesquisas na área genética para gado, agricultura, inclusive há vários projetos na África; *Fundação Oswaldo Cruz*, que desenvolve pesquisa de retrovirais, combate de doenças tropicais; *IMPA* (Instituto de Matemática Pura e Aplicada), que desenvolve pesquisas na área de matemática, engenharia computacional, entre outros institutos.

¹³ Há diferença entre pesquisa básica, de domínio público, da pesquisa tecnológica, que possui um conteúdo avançado, de aplicação mercadológica, o que contribui para diferenciação das empresas no mercado, conferindo competitividade devido à especialização na produção de bens intensivos em tecnologia.



3. LUTA CONTRA A POBREZA

Alguns programas governamentais têm por objetivo ajudar as famílias mais pobres, como a concessão de aportes financeiros, programas de habitação, entre outros. Esses programas contra a pobreza são financiados por impostos cobrados de famílias que são financeiramente mais bem-sucedidas, e seus defensores alegam que a luta contra a pobreza é um bem público.

No Brasil, encontramos o programa de assistência contra a pobreza, denominado de Bolsa Família, cujo objetivo é a transferência direta de renda para famílias que vivem em estado de pobreza ou extrema pobreza em todo território nacional. Segundo os dados do Governo Federal, o programa procura contemplar 16 milhões de brasileiros com renda per capita familiar inferior a R\$ 70 mensais. A gestão do programa é descentralizada, e compartilhada entre os entes federativos.

3. QUESTÕES PROPOSTAS

3.1. Rodolfo adora assistir a um programa de televisão no canal público da cidade, mas nunca manda dinheiro para manter o canal durante as campanhas de doação. Qual o nome que os economistas dão ao comportamento de Rodolfo? Como o governo pode resolver o problema causado por pessoas como ele?

3.2. Em sua opinião, a Internet é um bem público?

Sugestão: analisar se é um bem excludente e rival.

3.3 As pessoas de renda mais alta estão dispostas a pagar mais do que as de renda mais baixa para evitar o risco de morte. Exemplificando, estão mais dispostas a pagar por acessórios de segurança em seus carros. Em sua opinião, os analistas de custo-benefício devem levar isso em conta em suas avaliações de projetos públicos? Considere, por exemplo, uma cidade rica e outra pobre, as duas considerando a instalação de um semáforo. A cidade mais rica deve atribuir à vida humana um valor monetário mais elevado ao tomar sua decisão? Por que?

3.4. Por que a pesquisa básica é um bem público e a pesquisa tecnológica (de conteúdo aplicado) não é?



CAPÍTULO 11 — MONOPÓLIO NATURAL

1. BIBLIOGRAFIA

MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Thomson Learning, 2006, p. 313-340, Capítulo 15.

2. TEXTO BASE

O mercado monopólico é tal que nele atua uma única empresa produtora de um bem ou serviço com nenhum ou poucos substitutos. Uma estrutura de mercado em que há um único comprador, e muitos vendedores, denomina-se monopsonio. Se houver um único comprador e um único vendedor, além de um produto com poucos substitutos, o nome usado para descrevê-lo é de monopólio bilateral.

A causa principal do monopólio são as barreiras à entrada no mercado, decorrentes, por exemplo, de restrições legais (monopólio de comércio das Companhias das Índias Ocidentais, monopólio de comércio e produção dos capitães-mores das capitanias hereditárias brasileiras, monopólio de empresas estatais em vários setores considerados de base da economia em países desenvolvidos e subdesenvolvidos). Em muitas situações, os governos interessados em propiciar o desenvolvimento econômico, criam monopólios para aqueles que “ousarem” investir, de modo a aumentar o retorno sobre o investimento. Os monopólios criados por restrições legais não são necessariamente criações irracionais dos governos, ainda possa gerar futuras distorções alocativas no mercado.

Outra barreira à entrada diz respeito às barreiras tecnológicas conseqüentes da empresa monopolista dispor de recursos únicos ou de tecnologia própria, também exclusiva. Tais situações também não são, necessariamente, conseqüência de uma irracionalidade, pois para o desenvolvimento tecnológico, patentes e direitos de propriedade sobre recursos e tecnologias novos costumam ser concedidos por determinado período de tempo. Sem essa barreira, o incentivo à inovação seria insuficiente.

Uma terceira razão para a criação de monopólios diz respeito ao tamanho do mercado a ser atendido, em relação ao tamanho da empresa que vai produzir para esse mercado. As economias de escala denotam que, em muitos casos, apenas uma empresa “cabe” no mercado. Por exemplo, não é razoável que haja várias empresas distribuidoras de água no Rio de Janeiro, cada uma

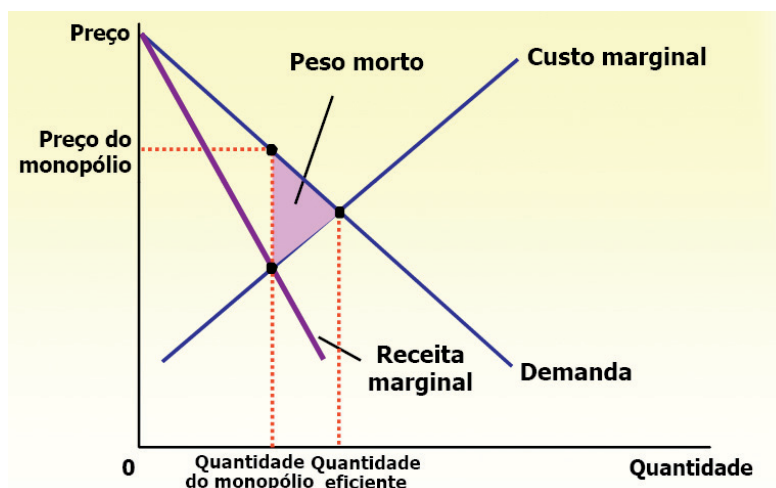


com seus próprios canos, tubulações, sistemas de coleta de água. Isso se aplica também à distribuição de gás, luz, telefone fixo, rede de metrô, rede de rodovias, coleta de esgoto e assim por diante. Muitos monopólios naturais são chamados de serviços públicos. Observe-se que a rede de transporte metropolitano é um monopólio natural; não faz nenhum sentido ter 2 ou 3 redes de metrô competindo entre si. Porém é possível conceber uma situação em que várias companhias de transporte diferentes operem e compitam usando a mesma rede.

Uma quarta e última causa para formação de monopólios diz respeito à cartelização de empresas produtoras, promovida em geral sobre a desculpa de “organizar” o mercado. Em nível mundial, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) é um exemplo clássico. A OPEP foi criada em 1960, mas teve um papel decisivo na redução da oferta de petróleo durante a década de 1970, trazendo desdobramentos para economia internacional.

2.1. CUSTO SOCIAL ALOCATIVO DO MONOPÓLIO

Porque um monopólio maximizador de lucro cobra um preço superior ao custo marginal ($P > C_{mg}$), percebemos que a quantidade produzida e vendida é inferior ao nível socialmente eficiente. O gráfico abaixo ilustra essa situação de ineficiência, a qual produz um peso morto para sociedade:

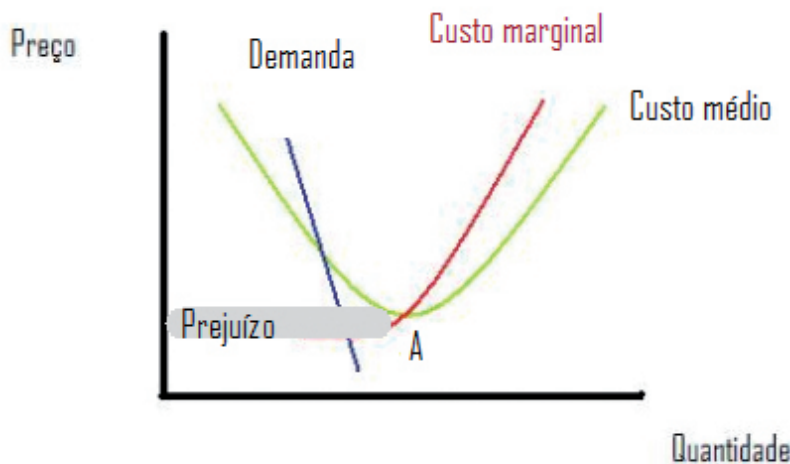


A estipulação do preço do monopólio acima do custo marginal cria uma ineficiência do ponto de vista da alocação dos recursos, a qual pode ser calculada pela área do triângulo indicado ($\text{base} \times \text{altura}/2$).



2.2. MONOPÓLIO NATURAL

O caso do monopólio natural pode ser ilustrado pelo gráfico abaixo. Caso se exija que o preço cobrado aos compradores seja igual ao custo marginal, a empresa produtora pode ter prejuízo; veja o gráfico:



Pode-se notar que se o preço cobrado for igual ao custo marginal (ponto A), a alocação será eficiente. Mas, a empresa produtora terá um prejuízo representado pela área retangular hachureada. (Você pode explicar porque esse é o prejuízo da empresa?). Nesse caso, caberia um subsídio governamental para se alcançar a alocação eficiente. Tal subsídio deveria ter como fonte de recurso impostos gerais que não criassem distorções alocativas (Se criassem tais distorções, elas poderiam ser maiores do que a distorção do monopólio natural?).

2.3. CARTÉIS

Para analisar a formação de um cartel, suponha um mercado em que atuem muitas empresas competitivamente (preço de mercado igual a custo marginal das empresas). Suponha que os custos de combinação para a formação de um cartel sejam nulos ou baixos para essas empresas. Nesse caso, elas poderiam se reunir para, por exemplo, reduzir a produção e conseqüentemente aumentar o preço no mercado. Determinariam então quotas de redução para cada uma das empresas, de modo que se aproximassem da solução ideal de monopólio. Tal acordo, no entanto, não tem muita chance de ser cumprido, pois não obedece à condição de ser equilíbrio de Nash para as empresas. Isto porque, considerando uma determinada empresa X participante do acordo, se as demais cumprirem o acordo e reduzirem suas



produções, o ideal para a empresa X seria não cumprir a sua quota dado que o preço de mercado estaria acima de seu custo marginal.

Em geral, as produções propostas nos acordos de cartelização entre empresas não configuram equilíbrios de Nash. Em consequência, há uma tendência por parte de todos os participantes de não cumprir o acordo. Se não houver uma maneira viável e barata de fiscalizar o acordo, e punir os que não cumprem, os cartéis tendem a se dissolver.

2.4. CASO BRASILEIRO

O governo pode responder às práticas monopolistas por intermédio de políticas públicas, como regulamentação, aumento da concorrência, criação de leis antitrustes ou tornando o monopólio privado em uma empresa pública. No Brasil, a lei 8.884/94 transformou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em autarquia, responsável pela análise da concorrência no mercado brasileiro. O CADE analisa os processos de fusão, cisão e incorporação de empresas com o intuito de deixar o mercado mais competitivo, evitando a formação de monopólios ou oligopólios que possam prejudicar os consumidores.

Ao mesmo tempo, as *agências reguladoras* são responsáveis pela fiscalização dos serviços públicos praticados pela iniciativa privada e também pela análise de monopólio em diferentes setores da economia. Essas agências possuem estrutura jurídica de autarquia, e foram criadas, sobretudo, na década de 1990. Atualmente, existem 10 agências reguladoras, e alguns exemplos de agências são ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), ANP (Agência Nacional do Petróleo) entre outras.

3. EXERCÍCIOS PROPOSTOS

3.1. Imagine a entrega de correspondências dos Correios. Em geral, qual é o formato da curva de custo total médio? Como o formato da curva pode diferir para áreas rurais isoladas e áreas urbanas densamente povoadas? Como o formato da curva pode ter mudado ao longo do tempo? Explique.

Sugestão: áreas urbanas têm maior população, o que diminui o custo marginal da entrega das correspondências.

3.2 Em 1969, o governo dos EUA acusou a IBM de monopolizar o mercado de computadores. Ele afirmou que grande parte dos computadores vendidos nos EUA era produzido pela empresa. A IBM alegou que uma parcela muito menor do mercado de todos os tipos de computadores consistia em



produtos IBM. Com base nesses fatos, você acha que o governo deveria ter processado a IBM por infringir a legislação antitruste?

3.3 Uma editora tem a seguinte escala de demanda para o próximo romance de um de seus autores mais populares:

Preço (\$)	Quantidade demandada
100	0
90	100.000
80	200.000
70	300.000
60	400.000
50	500.000
40	600.000
30	700.000
20	800.000
10	900.000
0	1.000.000

O autor recebe \$ 2 milhões para escrever o livro e o custo marginal de publicação é constante, sendo igual a de \$ 10 por cópia.

a. Calcule a receita total, o custo total e o lucro para cada quantidade. Qual quantidade a editora escolheria pra maximizar o lucro? Qual preço ela cobraria?

b. Calcule a receita marginal ($R_{mg} = \Delta RT / \Delta Q$).

c. Represente graficamente as curvas de receita marginal, custo marginal e demanda. Em que quantidade as curvas de receita marginal e custo marginal se cruzam?

d. Se o autor recebesse 3 milhões para escrever o livro, como isso afetaria a decisão da editora sobre o preço a ser cobrado?



CAPÍTULO 12 — COMPETIÇÃO MONOPOLÍSTICA

1. BIBLIOGRAFIA

MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Thomson Learning, 2006, p. 373-387, Capítulo 17.

2. TEXTO BASE

2.1. COMPETIÇÃO MONOPOLÍSTICA

O mercado pode apresentar, de modo simultâneo, algumas características de competição e outras de monopólio. Essa estrutura de mercado é chamada de competição monopolística. Um exemplo típico de competição monopolística diz respeito às editoras de livros. Há muitas editoras no mercado que trabalham com diferentes autores, os quais são responsáveis por escrever livros de gêneros variados. Ao mesmo tempo em que há uma competitividade na venda desses livros, observamos que o mercado pode apresentar característica de monopólio, já que essas editoras são formadoras de preços, além do preço de um exemplar ser superior ao seu custo marginal de produção.

A competição monopolística descreve o mercado com as seguintes características:

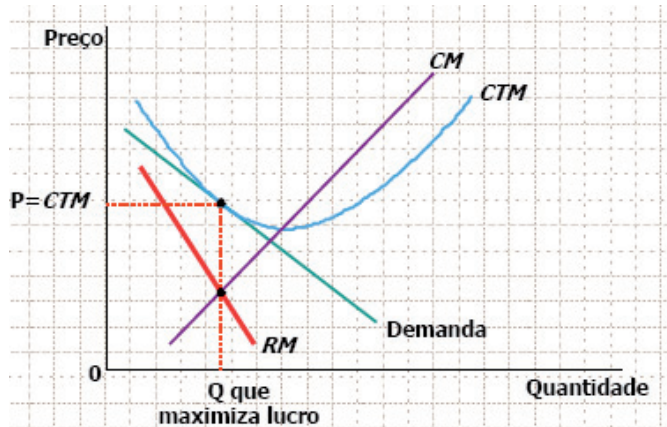
- *Muitos vendedores*: há muitas empresas concorrendo pelo mesmo grupo de clientes (editoras de livros, gravadoras, filmes, restaurantes, entre outros exemplos).
- *Diferenciação dos produtos*: os produtos não são substitutos perfeitos, e cada empresa produz um produto um pouco diferente dos produtos das demais empresas.
- *Livre entrada no mercado*: as empresas podem entrar e sair do mercado sem restrições.

No curto prazo, a empresa monopolística auferirá lucro, pois o preço é superior ao custo médio ($P > CTM$), e também o preço é maior que o custo marginal, sendo igual à receita marginal, o que caracteriza os monopólios.

Essa situação de lucro das empresas não tende a durar muito tempo. Como há lucro, há um incentivo para entrada de novas empresas no mercado, que não apresenta barreiras. O conseqüente aumento do número de produtos



ofertados reduz a demanda para cada empresa já presente no mercado. O processo de entrada e saída de empresas leva eventualmente a uma posição de equilíbrio tal que as empresas que ficam no mercado tem lucro econômico igual a zero ($Le=0$). O gráfico abaixo ilustra a situação de um competidor monopolístico no longo prazo:



No longo prazo, o preço é igual ao custo total médio ($P=CTM$). Esse cenário de lucro igual a zero nos remete a um mercado competitivo. Mas como o preço é maior que o custo marginal, a situação tem característica de mercado monopolístico. Daí se falar em competição monopolística.

2.2. PUBLICIDADE: FORMA DE DIFERENCIAÇÃO DO PRODUTO

No mercado de concorrência monopolística, as empresas vendem produtos diferenciados e cobram preço acima do custo marginal, pois podem escolher o preço. Cada empresa tem incentivo para anunciar o seu produto de modo a atrair para ele o maior número de compradores, aumentando a demanda pelo seu produto. Estima-se que as empresas que vendem bens de consumo diferenciados (refrigerantes, remédios, perfumes, entre outros) gastem de 10 a 20% das suas receitas com publicidade. A publicidade pode ser entendida como uma maneira de diferenciação do produto em um mercado competitivo, em que há várias marcas e empresas que nele atuam.



2.3. TABELA COMPARATIVA

	Competição Perfeita	Competição Monopolística
Empresa tomadora de preços?	Sim	Não
Preço	$P = C_{mg}$	$P > C_{mg}$
Quantidade maximiza o bem estar?	Sim	Não
Número de empresas	Muitas	Muitas
Livre entrada empresas?	Sim	Sim
Lucro positivo no longo prazo?	Não	Não

3. EXERCÍCIOS PROPOSTOS

3.1. As empresas monopolisticamente competitivas podem aumentar a quantidade produzida e diminuir o custo total médio de produção. Por que elas não o fazem?

Sugestão: observe que o preço é superior ao custo marginal, mas igual à receita marginal. Se aumentar a quantidade produzida, o lucro da empresa será menor.

3.2. No gráfico anterior, que ilustra a situação de um competidor monopolístico no longo prazo, mostre o peso morto de ineficiência decorrente desta estrutura de mercado.

Sugestão: é similar ao peso morto dos monopólios.

3.3 As empresas monopolisticamente competitivas costumam enviar cartões de Natal aos seus clientes. O que elas pretendem com isso? Explique com palavras e com um diagrama.

Sugestão: pense como a forma de fidelização do cliente e publicidade da empresa alteraria a demanda pelo que produz.

3.4. Se você estivesse pensando em entrar para o negócio de sorvetes, tentaria estabelecer uma marca para seu produto. Por que?

**CAPÍTULO 13 — OLIGOPÓLIO****1. BIBLIOGRAFIA**

MANKIWI, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Thompson Learning, 2006, p. 349 a 371, Capítulo 17.

2. TEXTO BASE

Nos chamados jogos de salão (damas, xadrez, cartas, gamão, etc.) duas ou mais pessoas interagem cada qual buscando ganhar o jogo. Elas são obrigadas a seguir as regras do jogo e tomam decisões tendo apenas os níveis de informação permitidos sobre, por exemplo, as cartas dos adversários.

Uma série de ideias e conceitos foram desenvolvidos para descrever, nos jogos de salão, o comportamento do jogador racional, racional aqui sendo entendido como aquele que escolhe estratégias consistentes com o objetivo de maximizar a expectativa de ganho no jogo. Posteriormente verificou-se que tais ideias e conceitos poderiam ser aplicados em outras situações que não os jogos de salão, mas que também envolvam interações entre seres humanos (e até mesmo entre animais, os quais, pela seleção natural, desenvolvem comportamentos consistentes com o sucesso na preservação e proliferação de seu “gene egoísta” — termo cunhado pelo biólogo Richard Dawkins).

Os jogos entre seres humanos modelam, em geral, situações que parcialmente levam ao conflito e parcialmente à cooperação entre as partes. Como exemplo de um conflito puro, considere um jogo entre duas pessoas em que há escolhas independentes, uma não sabe o que a outra vai escolher. A matriz abaixo representa um jogo desse tipo entre os jogadores A e B. As escolhas (estratégias) de A e de B são, respectivamente A1, A2 e A3, e B1 e B2. Os números a esquerda em qualquer célula da matriz correspondem aos ganhos de A, e os números a direita aos ganhos de B.

	B1	B2
A1	3; -3	0; 0
A2	2; -2	1; -1
A3	7; -7	-5; 5



Suponha que as estratégias possíveis de cada um, bem como ambos os ganhos em cada célula, sejam conhecidos previamente pelos jogadores de antemão. Mas nenhum deles sabe exatamente o que o outro vai escolher, voluntaria e independentemente. Trata-se de um jogo que modela o conflito puro entre A e B, pois qualquer que seja o par de estratégias escolhidas pelos jogadores, o que um ganha o outro perde. É chamado de um jogo de soma zero, e nessas circunstâncias não há como os jogadores combinarem qualquer cooperação. É uma situação apenas de conflito, que pode levar a violência, coerção ou coisas similares. Nesse caso ganharia o jogo quem “for mais forte” e obrigar o outro a escolher uma estratégia que lhe seja conveniente.

No entanto, se excluirmos a possibilidade de violência e introduzirmos a hipótese de que os jogadores são pessoas racionais que escolhem sem coerção, de acordo com seus interesses, a solução do jogo será o par de estratégias A2 B2. Porque B2 é uma estratégia dominante para o jogador B e A sabe disto, pois conhece os ganhos em todas as células. Se B escolher B2, a melhor escolha para A será A2.

Em geral, uma estratégia, como B2 é considerada dominante para um jogador como B, se, qualquer que seja a escolha de A, B2 é a melhor estratégia para B.

Em geral também, a solução (ou o equilíbrio) de um jogo é o que aconteceria se os jogadores fossem racionais, pelo menos eventualmente. Ou seja, caso o jogo entre eles fosse repetido muitas vezes, depois de algum tempo (talvez um tempo curto) eles passariam a escolher A2 e B2.

2.1 QUESTÕES SOBRE O TEXTO

- 1) No jogo acima, há alguma estratégia dominante para o jogador A?
- 2) Um jogador, em jogos desse tipo, pode ter duas estratégias dominantes?
- 3) É possível haver jogos sem estratégia dominante para nenhum jogador?

Dê um exemplo.

- 4) O jogador B sabe que B2 é uma estratégia dominante para si e que A pensa que ele, B, vai escolher B2; portanto, A escolherá A2. B sabendo disso, valeria a pena ele, B, escolher B1, para enganar A?

2.2 Considere agora um outro jogo (com características de informação semelhantes às do descrito anteriormente) representado pela matriz abaixo.

	B1	B2
A1	-3; 8	18; 0
A2	-2; 7	12; 3
A3	-1; 5	5; 4



Claramente este não é um jogo de soma zero. Se os jogadores escolherem as estratégias A1 e B2, o ganho conjunto será de 18, maior do que o total obtido com qualquer outra escolha de duas estratégias. Se eles pudessem cooperar, escolheriam A1 e B2 e depois repartiriam o ganho de A entre si de alguma forma aceitável para ambos. Assim, se houvesse a possibilidade de haver um contrato entre eles, definindo uma repartição dos 18 (que o jogador A ganha na célula A1,B2) aceitável para ambos, contrato esse que fosse garantidamente respeitado, certamente a melhor combinação de escolhas para ambos seria A1 e B2.

Mas se não houver a possibilidade de tal cooperação, pois, por exemplo, não há como garantir o cumprimento do contrato, o que acontecerá? Se os jogadores forem racionais, o resultado será o pior possível: A3 e B1. Porque? B1 é uma estratégia dominante para B e A sabe disto. E se B escolher B1, então A escolherá A3. A solução do jogo será A3, B1, muito inferior ao ganho que obteriam se pudessem cooperar.

Tal resultado mostra o ganho social que pode ser obtido com o cumprimento de contratos, em uma situação que é parcialmente conflituosa e parcialmente de potencial ganho via cooperação.

2.3 QUESTÕES SOBRE O TEXTO

- 5) Porque B1 é uma estratégia dominante para B?
- 6) Porque a célula A3 B1 é o pior resultado conjunto possível para os dois jogadores?
- 7) Há alguma estratégia dominante para A? Troque a posição de dois números na coluna B2 da matriz do segundo jogo para que A3 seja uma estratégia dominante para A. Essa modificação muda o resultado final do jogo?
- 8) Um jogo entre duas pessoas, A e B, pode ter estratégias dominantes tanto para A quanto para B? Procure, estude e descreva o jogo conhecido como o “dilema dos prisioneiros”, no qual ocorre essa situação.

**ANTONIO CARLOS PORTO GONCALVES**

Engenheiro industrial e metalúrgico pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) — 1969; Mestre e PhD em Economia pela Universidade de Chicago, EUA — 1974; Chefe do Departamento Econômico do Grupo Brascan de 1974 a 1978; Professor do quadro permanente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde 1978; Professor Titular de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 1981; Diretor de Ensino da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da FGV de 1983 a 1987; Diretor do Banco Performance de 1985 a 1989; Diretor Executivo da Pinto de Almeida DTVM S.A. de 1989 a 1993; Diretor do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV de 1998 a 2004; Diretor Executivo do programa de cursos corporativos da FGV — FGV in company — de 2004 a 2012; Professor Titular de Economia da Escola de Direito da FGV desde 2011; Diretor de estudos de Negócios da FGV — 2012.



FICHA TÉCNICA

Fundação Getúlio Vargas

Carlos Ivan Simonsen Leal
PRESIDENTE

FGV DIREITO RIO

Joaquim Falcão
DIRETOR

Sérgio Guerra
VICE-DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Rodrigo Vianna
VICE-DIRETOR ADMINISTRATIVO

Thiago Bottino do Amaral
COORDENADOR DA GRADUAÇÃO

André Pacheco Teixeira Mendes
COORDENADOR DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Cristina Nacif Alves
COORDENADORA DE ENSINO

Marília Araújo
COORDENADORA EXECUTIVA DA GRADUAÇÃO

Paula Spieler
COORDENADORA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES E DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS